



**VISÃO GERAL**

# INCLUSÃO SOCIAL EM ÁFRICA

Maitreyi Bordia Das  
Sabina Anne Espinoza



© 2019 Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial  
1818 H Street NW, Washington D.C. 20433  
Telefone: 202-473-1000; Internet: [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org)  
Alguns direitos reservados

Este trabalho foi publicado originalmente em inglês pelo Banco Mundial como “Inclusion Matters in Africa” em 2019. Em caso de discrepâncias, predomina o idioma original.

Este trabalho foi produzido pelo pessoal do Banco Mundial com contribuições externas. As apurações, interpretações e conclusões expressas neste trabalho não refletem necessariamente a opinião do Banco Mundial, de sua Diretoria Executiva nem dos governos dos países que representam. O Banco Mundial não garante a exatidão dos dados apresentados neste trabalho. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas em qualquer mapa deste trabalho não indicam nenhum julgamento do Banco Mundial sobre a situação legal de qualquer território, nem o endosso ou a aceitação de tais fronteiras.

Nada aqui constitui ou pode ser considerado como constituindo uma limitação ou dispensa de privilégios e imunidades do Banco Mundial, os quais são especificamente reservados.

#### Direitos e permissões



Este trabalho está disponível na licença da Creative Commons Attribution 3.0 IGO (CC BY 3.0 IGO)

<http://creativecommons.org/licenses/by/3.0> IGO. Nos termos da licença Creative Commons Attribution, o usuário pode copiar, distribuir, transmitir e adaptar este trabalho, inclusive para fins comerciais, nas seguintes condições:

**Atribuição** — Favor citar o trabalho como segue: Das, Maitreyi Bordia e Sabina Anne Espinoza. 2019. “Inclusion Matters in Africa.” Overview booklet. Banco Mundial, Washington, D.C. Licença: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO

**Tradução** — Se o usuário traduzir este trabalho, favor acrescentar o seguinte termo de isenção de responsabilidade juntamente com a atribuição: *Esta tradução não foi feita pelo Banco Mundial e não deve ser considerada tradução oficial do Banco Mundial. O Banco Mundial não se responsabiliza pelo conteúdo nem por qualquer erro dessa tradução.*

**Adaptações** — Se o usuário criar uma adaptação deste trabalho, favor acrescentar o seguinte termo de isenção de responsabilidade juntamente com a atribuição: *Esta é uma adaptação de um trabalho original do Banco Mundial. Pontos de vista e opiniões expressos na adaptação são de inteira responsabilidade do autor ou autores da adaptação e não são endossados pelo Banco Mundial.*

**Conteúdo de terceiros** — O Banco Mundial não é necessariamente proprietário de todos os componentes do conteúdo incluído no trabalho. Portanto, o Banco Mundial não garante que o uso de qualquer componente individual de terceiros ou parte do conteúdo do trabalho não infrinja direitos de terceiros. O risco de reivindicações resultantes de tal violação recai inteiramente sobre o usuário. Se o usuário desejar reutilizar um componente do trabalho, recairá sobre ele a responsabilidade de determinar se é necessária permissão para tal reutilização, bem como obter a referida permissão junto ao proprietário dos direitos autorais. Exemplos de componentes podem incluir, embora não de forma exclusiva, tabelas, figuras ou imagens.

Todas as consultas sobre direitos e licenças devem ser endereçadas a World Bank Publications, The World Bank Group, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, USA; e-mail: [pubrights@worldbank.org](mailto:pubrights@worldbank.org).

*Imagem inicial:* © Geoffrey Ernest Katantazi Mukasa, *Red Face A*, 21st century, colagem sobre papel, técnica mista. Artista de Uganda. Imagem obtida por cortesia do Programa de Arte do Grupo Banco Mundial.

*Imagem interior:* © El Anatsui, *One Out of a Crowd*, 1993, têmpera sobre madeira talhada. Artista de Gana. Imagem obtida por cortesia do Programa de Arte do Grupo Banco Mundial.

*Projeto da capa e das páginas internas:* Takayo Muroga Fredericks

**VISÃO GERAL**

# INCLUSÃO SOCIAL EM ÁFRICA

Maitreyi Bordia Das

Sabina Anne Espinoza





# PREFÁCIO

Nos últimos anos, os países africanos tiveram ganhos impressionantes em saúde, nutrição, educação e empoderamento das mulheres, e o ritmo do progresso em algumas áreas foi mais rápido em África do que em qualquer outra região. A inovação é abundante em África e se reflete em várias áreas - na próxima geração de redes de proteção social; em novas plataformas que prestam serviços a comunidades remotas e frágeis; na disseminação da tecnologia digital; e em movimentos de defesa de direitos, levando à aceitação pública pessoas que anteriormente eram excluídas.

Embora desenvolvimentos positivos em África sejam promissores, o continente ainda enfrenta grandes desafios de desenvolvimento - da redução da pobreza à superação da fragilidade e gerenciamento dos crescentes impactos das mudanças climáticas. Onde houve ganhos de desenvolvimento, muitos grupos de pessoas não se beneficiaram deles. Quem são esses grupos? E por que eles não se beneficiaram equitativamente do progresso e desenvolvimento? Porque é mais provável que sejam pobres ou careçam de capital humano? A resposta para muitas dessas perguntas é *exclusão social*.

Em 2013, o Banco Mundial publicou o principal relatório global *Inclusion Matters: The Foundation for Shared Prosperity*, que nos ajudou a nos orientar para melhores análises e ações para combater a exclusão social. *Inclusão Social em África* parte das conclusões do relatório global e surge em um momento em que a África se encontra no centro de rápidas mudanças sociais e econômicas, com potencial para uma transformação ainda maior. Isso ressoa com a principal mensagem dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: *não deixar ninguém para trás*. E complementa a estratégia do Grupo Banco Mundial para a África, que enfatizou a inclusão social por meio de seu foco na construção de capital humano, no avanço do empoderamento das mulheres, no fortalecimento da economia digital, no combate às mudanças climáticas e na abordagem dos fatores subjacentes à fragilidade.

*Inclusão Social em África* nos diz que a paz e a segurança estão inexoravelmente ligadas à inclusão social. E enquanto precisamos nos concentrar na redução da pobreza, isso ainda não é suficiente para acabar com a exclusão de alguns indivíduos e grupos. O relatório chama a atenção para as estruturas e processos que conduzem à exclusão social, condicionando muitas vezes as atitudes, percepções, sentimentos e comportamentos das pessoas.

Uma das principais conclusões do relatório é que, se por um lado a exclusão é cara, uma sociedade inclusiva não acontece sem custos. É uma decisão consciente para qualquer país. E a decisão deve ser tomada com uma apreciação clara dos custos e benefícios. Com um contrato social forte e uma maior responsabilidade do Estado e dos prestadores de serviços aos cidadãos, a inclusão social na África é perfeitamente alcançável, como demonstram centenas de iniciativas em todo o continente.

O relatório está fundamentado na experiência dos países africanos, mas também mostra que os desafios da África na área da inclusão social não são únicos ou excepcionais. Nossa esperança é que isso mude a maneira como os formuladores de políticas, cidadãos e parceiros globais pensam sobre o desenvolvimento e ajude-nos a cumprir a promessa de oportunidades iguais para todos em África.

Hafez Ghanem  
Vice-Presidente, Região da África

Laura Tuck  
Vice-Presidente, Desenvolvimento Sustentável



# AGRADECIMENTOS

Este relatório foi elaborado por Maitreyi Bordia Das e Sabina Anne Espinoza sob a orientação estratégica de diretores do Banco Mundial: Diariétou Gaye (Directora, Estratégia e Operações, Vice-Presidência Regional para África [AFRVP]), Maninder Gill (Director Global, Quadro Ambiental e Social) e Ede Ijjasz-Vasquez (Director Regional para África, Desenvolvimento Sustentável). Os autores estão gratos pelo apoio recebido de Louise Cord (Directora Global, Social), Simon Ehui (Director Regional para África, Desenvolvimento Sustentável), Sameh Wahba (Director Global, Urbano, Resiliência e Terra), Anna Wellenstein (Directora Regional, Região da América Latina e Caribe [LAC]) e Albert G. Zeufack (Economista Chefe, Região de África). A Equipe de Gestão Regional para África, liderada por Hafez Ghanem (Vice-Presidente), realizou uma reunião específica para discutir este relatório e oferecer assessoria, pela qual os autores estão imensamente gratos.

Este relatório foi beneficiado pelo envolvimento contínuo e as contribuições substantivas de Senait Assefa (Gerente de Prática, Região de África), Robin Mearns (Gerente de Prática, Região de África), Aly Rahim (Gerente de Prática, Região de África) e Varalakshmi Vemuru (Especialista Líder de Desenvolvimento Social, Região de África).

Os pares que avaliaram este relatório foram Tom Bundervoet, Helene Carlsson Rex, Shanta Devarajan, German Freire e Angela Khaminwa do Banco Mundial e Cyprian Fisiy (Fundador, Fisiy Foundation and Leadership Center, Camarões). Uma nota de profundo apreço dos autores pelos seus criteriosos comentários e as discussões adicionais das quais participaram. Adicionalmente, os autores aproveitam o ensejo para agradecer a Emcet Tas (Banco Mundial) pela sua contribuição ao Capítulo 2 e a Angela Khaminwa (Banco Mundial) pela sua contribuição ao Anexo 2. As leituras minuciosas de versões anteriores do relatório por Soumya Kapoor (consultora superior) e Shruti Majumdar (ONU Mulher) foram de valor inestimável.

Vários outros colegas partilharam a sua sabedoria e ofereceram contributos, enviando informações de fundo e comentários por escrito em várias fases da elaboração do relatório: Kathleen Beegle, Chifundo Chilera, Louise Cord, Clifton Cortez, Gina Cosentino, Raphael A. Espinoza, Patricia Fernandes, Jana El-Horr, Kamila Galeza, Michael Gboyega Ilesanmi, Marek Hanusch, Bernard Harborne, Somik Lall, Gloria Malia Mahama, Gayle Martin, Charlotte McClain-Nhlapo, Erwin de Nys, Helidah Refiloe Atieno Ogude, Daniel Owen, Margarita Puerto Gomez, Siddhartha Raja, Deepti Samant Raja, Lisa Schmidt, Ruchi Singh, Nicholas Meitaki Soikan, Simon Sottsas, Victor Sulla e Najat Yamouri. Os autores tiveram discussões muito instrutivas sobre as mensagens iniciais provenientes do relatório com Andre Bald, Paolo Belli, Adrian Cutler, Kevin Heraniah, Muratha Kinuthia, Emma Mistiaen, Johan Mistiaen, Shamis Musingo, Abdu Muwonge, Margaret Ombai, Annette Omollo, Utz Pape, Abla Safir, Nadia Selim e Vanessa Tilstone.



Discussões com vários parceiros do sector público, da sociedade civil e da academia enriqueceram este relatório. O Anexo 1 descreve algumas destas interacções. Adicionalmente, os autores estão em dívida para com Wanjiru Kamau-Rutenberg (AWARD), Winnie Mitullah e Karuti Kanyinga (Instituto de Estudos de Desenvolvimento, Universidade de Nairóbi), Shadrack Musyoka (Kitui County, Quénia), Munawwar Alam (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional [USAID]/ Quénia), Excelentíssimos Membros do Parlamento de Serra Leoa, Yvonne Aki-Sawyerr (Presidente da Câmara de Freetown, Serra Leoa) e membros do Sistema da ONU em Serra Leoa, com os quais discutiram os resultados iniciais do relatório.

Paul Gallagher, Maura Leary, Kristyn Schrader-King e Andy Shuai Liu ofereceram comentários excepcionais sobre a apresentação de mensagens chave e conselhos sobre as comunicações referentes ao relatório. Elizabeth Acul e Lucie Albert-Drucker prestaram um apoio administrativo crucial, e Michelle Morandotti auxiliou a equipa de produção. Os comentários de Flavia Carbonari sobre a tradução para o português são altamente apreciados. Finalmente, Takayo Fredericks contribuiu a concepção e composição do relatório, e Dina Towbin and Associates prestou serviços editoriais.



# VISÃO GERAL

## Mensagens principais

1. Nas últimas décadas, África tem registado alguns avanços significativos na promoção da inclusão social e em muitas áreas num ritmo mais rápido do que no resto do mundo.
2. Alguns grupos e algumas zonas em África não apresentaram os mesmos avanços e continuam em risco. A inclusão social nos ajuda a compreender quem está excluído, do que, de que formas e por quê.
3. A inclusão social chama atenção aos factores da pobreza em África e explica que, embora o foco na pobreza seja necessário, é preciso fazer mais para acabar com a exclusão de alguns indivíduos e grupos.
4. As estruturas e os processos que promovem e apoiam a exclusão social com frequência têm raízes históricas e culturais.
5. As zonas afectadas por conflitos e fragilidade também se destacam por apresentarem os piores resultados relacionados com a inclusão social. Em contraste, a paz e a segurança são importantes para a inclusão social.
6. As sociedades incorrem em custos significativos em decorrência da exclusão social. Mas transformar a inclusão social em uma realidade também implica custos. Portanto, o investimento na inclusão social tem de ser uma escolha consciente dos Estados e das sociedades.
7. Com um contrato social robusto, a inclusão social em África é eminentemente factível, como demonstram centenas de iniciativas em todo o continente.



## Por que este relatório? Por que agora?

A África está hoje sob o holofote global pelas suas várias realizações e pelo seu dinamismo, mas também pelos desafios consideráveis que o continente enfrenta. A pobreza diminuiu, os resultados do desenvolvimento humano melhoraram, e movimentos sociais dinâmicos ajudam a transformar as comunidades e atrair atenção a questões e pessoas estigmatizadas. A inovação tecnológica espalhou-se para muitas zonas remotas. Novas políticas e programas em todo o continente têm destacado a importância da inclusão social. Em algumas áreas, os países africanos têm liderado a marcha do progresso; por exemplo, na última década, África implementou o maior número de reformas que promovem a igualdade de género em comparação com qualquer região do mundo. Mas, em África, como em outras partes do mundo, as evoluções positivas têm sido inconstantes. Muitas zonas e grupos foram deixados para trás. A tecnologia digital, por exemplo, pode deixar mais para trás as pessoas que não têm telemóveis ou ligações à Internet. Da mesma forma, a melhoria da infraestrutura melhora a qualidade de vida, mas também acarreta riscos, como, por exemplo, o confisco injusto de terras de quem tem menos poder, danos ao meio ambiente ou prejuízos aos meios de subsistência. Os avanços na educação e saúde podem concentrar-se em certas localidades e alguns grupos. As zonas nas quais há fragilidade do governo e da sociedade também ficam para trás em vários desfechos do desenvolvimento.

A promoção da inclusão social tem atraído amplo apoio nos últimos anos. O grito de guerra dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, de *não deixar ninguém para trás*, tem exigido acções a vários níveis. No decorrer das conversas posteriores aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o Banco Mundial publicou o seu relatório principal sobre a inclusão social, *Inclusion Matters: The Foundation for Shared Prosperity* (2013). O relatório estabeleceu uma definição clara da inclusão social. Mais recentemente, o Grupo do Banco Mundial (GBM) anunciou a sua nova Estratégia Regional para África<sup>1</sup>— esta estratégia também está arraigada nos princípios da inclusão social. A intensificação do pensamento e da acção tanto no Banco Mundial como a nível global tem ocasionado várias interacções estruturadas entre o GBM e uma série de parceiros. Por exemplo, o GBM realizou Diagnósticos Sistemáticos de País (SCD, na sigla em inglês) regularmente para cada um dos seus países parceiros, revelando que as questões de inclusão social são intrínsecas, mas não equivalentes, à redução da pobreza. Este relatório baseia-se nestes e outros documentos. Destina-se a uma ampla variedade de leitores: governos, sector privado, sociedade civil, academia, mídia e outros. Também se espera influenciar a forma como o GBM actua em África. Como todos os relatórios regionais, consegue reflectir a vasta heterogeneidade do continente apenas parcialmente.





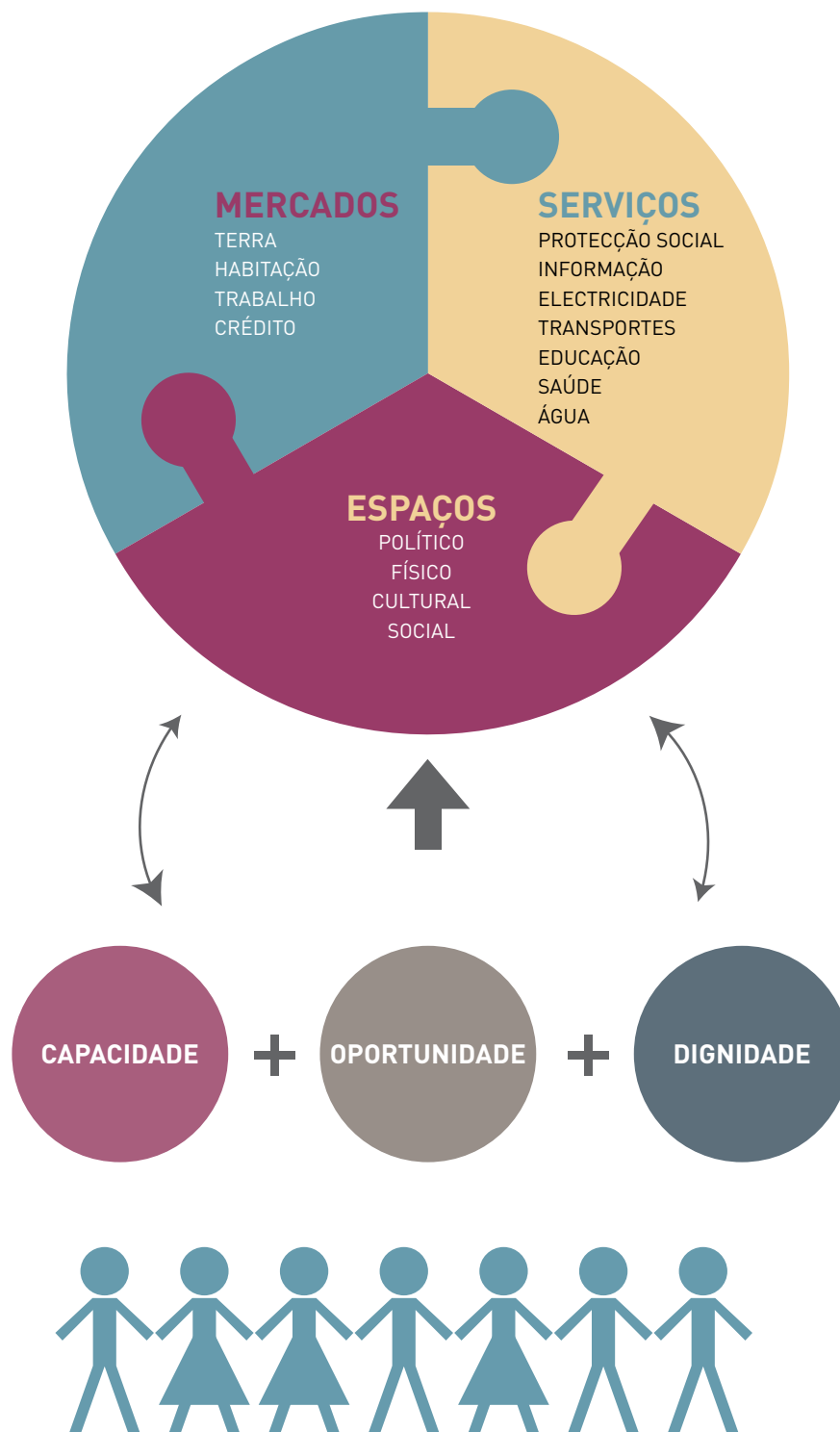


## Inclusão social: uma introdução

O termo *inclusão social* (ou simplesmente *inclusão*) ganhou uma grande força no desenvolvimento e debates mais amplos sobre políticas. Portanto, é importante definir o que isto significa. Este relatório define a inclusão social como sendo: *o processo de melhorar os termos da participação de indivíduos e grupos na sociedade* (Banco Mundial 2013). Ao articular a inclusão social, salienta a desvantagem baseada na identidade social. Embora essa análise às vezes possa ser politicamente sensível, o seu reconhecimento é importante para o avanço da inclusão social. Os marcadores de identidade social podem ser derivados com base em sexo, idade, deficiência, orientação sexual, identidade de gênero, localização, profissão, raça, etnia, religião ou cidadania, entre outros marcadores. Mas nenhuma identidade, por si só, realmente descreve um indivíduo; a intersecção de identidades determina a real vantagem ou desvantagem. Em relação à pergunta “Inclusão em quê?”, o Banco Mundial (2013) responde: em *mercados, serviços e espaços*. Os mercados abrangem terras, habitações, mão-de-obra e crédito, e os serviços incluem educação, saúde, transportes, água, protecção social, electricidade, informação, comunicação e tecnologia, entre outros. A noção de espaço inclui o espaço físico, mas também o espaço num sentido mais amplo: os espaços sociais, políticos e culturais podem solidificar a exclusão ou promover a inclusão. Ademais, inclusão social significa melhorar a *capacidade, oportunidade e dignidade* de indivíduos e grupos para participar da sociedade. Embora os economistas do desenvolvimento há muito tempo reconheçam a importância da capacidade e da oportunidade, a perspectiva da inclusão social chama a atenção particularmente à ideia da dignidade. Quando comprometida, pode ter consequências graves e inesperadas para indivíduos e grupos, assim como para a sociedade e a economia de forma mais ampla.

O relatório enquadra as suas perguntas principais utilizando a abordagem da Ferramenta de Avaliação de Inclusão Social (ver Banco Mundial 2017d e Das 2016). Questiona, a partir dos enormes avanços feitos em África no decorrer dos anos, quem está excluído, do que, como e por quê. Segue a análise destacando o que os países africanos tentaram fazer em busca da inclusão social. O relatório ressalta as principais tendências e transições que determinam o contexto da inclusão social em África. Com base em evidências recentes e dados de Pesquisas de Demografia e Saúde (DHS, na sigla em inglês), Indicadores de Desenvolvimento Mundial (WDI, na sigla em inglês), pesquisas do Afrobarometer e Pesquisas de Valores Mundiais (WVS, na sigla em inglês), o relatório destaca as questões principais e identifica grupos que possam ser deixados para trás. Também oferece recomendações referentes aos processos subjacentes à exclusão e inclusão e reflecte sobre atitudes e percepções. O relatório responde perguntas importantes: Quem são os principais intervenientes? Quais são algumas das inovações que promovem a inclusão social em África? Que evidências temos do que tem gerado um impacto positivo? Finalmente, oferece orientações sobre como enquadrar as perguntas certas para identificar soluções inclusivas.

Figura O.1 O quadro da inclusão social



Fonte: Banco Mundial 2013.



**Em suma, este relatório realiza o seguinte:**

- Insere a noção da inclusão social à frente e no centro de uma análise dos sucessos de África e dos desafios que a região enfrenta na redução da pobreza e na formação de capital humano.
- O relatório adopta uma abordagem interdisciplinar utilizando evidências de fontes variadas. Neste processo, agrega valor empírico a questões que estão a ser debatidas por meio de activismo e contestação.
- Discute, em detalhe, quem é deixado para trás, do que e como. Reúne e integra evidências relativas a grupos historicamente invisíveis, tais como pessoas com deficiências, pessoas com albinismo, pessoas LGBTI, certos grupos étnicos e profissionais, pessoas que vivem em “zonas defasadas” e sobretudo os jovens. Concentra-se, ademais, na interseccionalidade da identidade social.
- O relatório fundamenta-se na experiência dos países africanos, mas também demonstra que os desafios de inclusão social em África não são exclusivos nem excepcionais.
- Mostra os canais pelos quais indivíduos e economias podem incorrer custos de exclusão social. O relatório aponta que estes custos podem ser directos ou indirectos e de curto ou longo prazo. Em termos cumulativos, os custos podem impedir os melhores esforços de governos e sociedades.
- Oferece exemplos das notáveis inovações que abundam em África e do movimento de políticas e programas na direcção da inclusão social. Identifica áreas nas quais houve mudanças em normas e práticas profundamente enraizadas.
- Finalmente, o relatório afirma que a inclusão social deve ser uma escolha consciente das sociedades e do seu governo. Deve basear-se num contracto social claro, que reconheça tanto os custos como os benefícios de políticas e intervenções que promovem a inclusão social.

## **O que a inclusão social agrega ao foco na redução da pobreza?**

A maioria das discussões sobre inclusão social em África ocorre no contexto da redução da pobreza e em resposta a crises humanitárias. Estas discussões são instigadas pelo facto de que, não obstante os avanços consideráveis na redução da pobreza, estima-se que mais de 400 milhões de pessoas ainda vivam na pobreza (Beegle e Christiaensen 2019). A pobreza é um resultado; a exclusão social é tanto um processo como um resultado. Os processos de exclusão podem ter efeitos de longo prazo nas formas de pensar, psique e dignidade de grupos subordinados ou excluídos. Por sua vez, esta exclusão afecta a capacidade destes grupos para aceder às oportunidades que lhes são dadas. A escravidão foi um dos processos mais flagrantes de exclusão, assim como o apartheid e a intocabilidade (no Sul de Ásia). Práticas menos ostensivas também podem ter efeitos devastadores para grupos subordinados. Por exemplo, o *bullying* pode ser

considerado um processo insidioso de exclusão: no mundo inteiro, alguns grupos são subjugados por meio da intimidação. Eles incluem, por exemplo, pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneras e intersexuais (LGBTI), que eventualmente falam com um sotaque diferente do utilizado pelo grupo dominante, comem alimentos diferentes ou têm outras características próprias. O *bullying* pode obstruir as oportunidades educativas dos que são sujeitados a ele, causar problemas graves de saúde mental e acarretar outras consequências devastadoras, finalmente levando as vítimas a excluir-se de um sistema que, na sua percepção, tolera o *bullying*. Tudo isto pode ocorrer, e de facto ocorre, em um sistema educativo que funciona bem em outros aspectos. Assim, as vítimas do *bullying* podem não ser afectadas pela pobreza, mas são afectadas por processos de exclusão que as impedem de alcançar o seu pleno potencial. Outro exemplo é o de pessoas com limitações de mobilidade que fazem parte de uma família rica e, portanto, não são afectadas pela pobreza, mas podem ser excluídas pela falta de acesso a infraestrutura e serviços. Portanto, é importante reconhecer que, embora a exclusão social possa, de facto, ter raízes na pobreza, há ocasiões em que esse não é o caso. A inclusão social acrescenta outra dimensão à narrativa sobre pobreza e desigualdade.

Ao perguntar “quem são os pobres?” e discriminar os números referentes à pobreza, desvendamos uma complexidade maior. Examinemos o relacionamento entre género e pobreza, sobre o qual há uma longa tradição de análise. Em termos gerais, as mulheres não são necessariamente mais pobres que os homens e as famílias encabeçadas por homens não estão necessariamente em melhores condições. Ademais, em muitos países em África, as famílias encabeçadas por mulheres têm registado uma redução da pobreza

### Box O.1 A etnia é relevante para a pobreza em África?

Utilizando a Pesquisa de Demografia e Saúde (DHS, na sigla em inglês), que contém dados referentes a etnia e riqueza baseados em um agregado familiar e a sua propriedade de activos específicos, analisamos dados de nove países, nomeadamente a África do Sul, República Democrática do Congo, Malawi, Moçambique, Nigéria, Quênia, Serra Leoa, Uganda e Zâmbia. Quando consideramos os 10 maiores grupos étnicos em zonas rurais e urbanas, constatamos que a etnia é de facto relevante aos resultados de riqueza, mas que os efeitos são mais pronunciados nas zonas rurais e menos nas cidades e municipalidades.

- Em termos gerais, certos grupos étnicos estão sobre-representados no quintil de renda mais pobre em todos os nove países. As disparidades entre grupos étnicos são mais pronunciadas nas zonas rurais do que nas zonas urbanas. Em termos gerais, há mais dispersão dos grupos étnicos no quintil de riqueza mais pobre nas zonas rurais e mais convergência nas zonas urbanas. Um grupo étnico com desempenho ruim nas zonas rurais não apresenta necessariamente

resultados melhores nas zonas urbanas, pois a composição dos grupos é diferente nas zonas rurais e urbanas. Mas certamente há uma variação maior por etnia no quintil mais pobre nas zonas rurais do que nas zonas urbanas.

- O tamanho dos grupos étnicos não parece ter relevância. Isto não surpreende, pois, em todo o mundo, o tamanho de um grupo étnico raramente tem uma associação linear com os resultados de bem-estar.
- A maior dispersão ao longo de linhas étnicas no quintil mais pobre nas zonas rurais parece ocorrer no Quênia, Nigéria e Uganda, seguida de uma dispersão menor em Moçambique e Zâmbia. Nas zonas urbanas, a maior dispersão encontra-se no Quênia, Moçambique e África do Sul. Embora a sobre-representação de alguns grupos étnicos no quintil mais pobre seja mais pronunciada em alguns países do que em outros, isto pode ou não refletir disparidades absolutas de riqueza entre os grupos.

mais rápida do que as famílias encabeçadas por homens (Milazzo e van de Walle 2017). Conclusões com mais nuances emergem quando o gênero é examinado juntamente com idade e estado civil: mulheres jovens casadas, mas sobretudo viúvas jovens, estão especialmente vulneráveis. Além disso, homens mais velhos são, em média, 8 pontos percentuais mais pobres do que as suas contrapartes mulheres (Milazzo e van de Walle 2017; Munoz Boudet et al. 2018). Uma análise recente do Quênia chega a conclusões similares: é mais provável que mulheres nos seus 20 até 50 anos vivam em agregados familiares pobres do que homens e, quando comparadas com homens, as taxas de pobreza são mais elevadas para mulheres separadas, divorciadas ou viúvas. Para além do gênero, outros indicadores, tais como condição de deficiência, raça e etnia, também são relevantes para a pobreza (Banco Mundial 2018d).

## África avança a passos largos: quem está a ser deixado para trás?

As transformações sociais, económicas e políticas estão a difundir-se pelo continente africano. Discutimos as transições em algumas categorias amplas: as mudanças *demográficas* e o seu relacionamento com o acúmulo de capital humano; mudanças *económicas*, com o protagonismo da redução da pobreza; transições *espaciais* e as suas ramificações sociais, nomeadamente a urbanização, a desigualdade espacial e a *mudança climática*; o crescimento da tecnologia e as suas implicações para a inclusão social; e a natureza difusa de *conflito e fragilidade*, com as suas consequências para uma série de resultados. Finalmente, chamamos atenção à natureza da *participação política e cívica* e ao dinamismo dos movimentos sociais.

### **Tendências demográficas e o acúmulo do capital humano**

A África apresenta o crescimento populacional mais acelerado do mundo, mas a fertilidade está diminuindo em quase todos os países. Metade da população da região tem menos de 25 anos de idade; até 2050, o continente terá 362 milhões de jovens entre as idades de 15 e 24 anos (Banco Mundial 2014). Ao mesmo tempo, a população envelhecerá em muitos países africanos: até 2050, a população com mais de 60 anos de idade deverá mais do que triplicar, passando de 69 milhões em 2017 para 226 milhões (UNDESA, Divisão de População 2017a). Embora a inclusão da juventude seja o desafio imediato que confronta a região, a inclusão de coortes de africanos mais idosos logo passará a ser uma realidade. Não obstante, o crescimento da população jovem em África tem o potencial de impulsionar o desenvolvimento drasticamente e reduzir ainda mais a pobreza, se houver políticas e oportunidades adequadas.

Como no caso dos indicadores de fertilidade, a África também tem registado melhorias na saúde e longevidade, mas a mortalidade entre crianças com menos de cinco anos de idade continua elevada. A sobrevivência das crianças menores de cinco anos é um indicador essencial do bem-estar, mas também tem outras ramificações: as taxas mais elevadas de mortalidade infanto-juvenil estão associadas ao aumento da fertilidade, por exemplo. Ademais, os países com níveis elevados de mortalidade infantil estão enredados no imperativo mais básico da sobrevivência das crianças e com menos capacidade para

investir no capital humano. De acordo com as estimativas de mortalidade infantil da Organização das Nações Unidas (ONU), o projeto Nosso Mundo em Dados e a AfricaInData.org, houve um declínio acentuado da mortalidade infantil de 1980 a 2015.<sup>2</sup> Com efeito, em comparação com outras regiões, a África registou a queda mais acelerada entre 1990 e 2016. A despeito dessas melhorias, a região continua a apresentar a taxa mais alta de mortalidade entre crianças até aos cinco anos de idade, com 78 óbitos por 1.000 nados-vivos em 2016. Em outras palavras, aproximadamente 1 criança em cada 13 ainda morre antes do quinto aniversário (Suzuki e Kashiwase 2017). Há uma variação considerável entre os países, e os Estados frágeis apresentam as taxas mais elevadas de mortalidade até aos cinco anos.

Na educação também houve avanços consideráveis, mas assim como em outras partes do mundo, há desigualdades marcantes nos resultados educacionais baseadas em marcadores de identidade. A taxa bruta média de matrícula no ensino primário na região aumentou de 68% em 1990 para 98% em 2015, e a quantidade de alunos matriculados cresceu de 63 milhões para 152 milhões. Mas, a despeito do aumento nas taxas de matrícula no ensino primário, estima-se que 52,3 milhões de crianças no ensino básico (com 6 a 15 de idade) continuam fora do sistema educativo, representando 45% da população infantil mundial fora da escola (Bashir et al. 2018). A alfabetização é o resultado educativo mais básico e, mesmo neste aspecto, algumas pessoas são

## **Box O.2 Pessoas com deficiências em África: a importância de activismo, dados e análises**

Cerca de 15% da população mundial têm deficiências. A África não é excepção. Mas, para fazer intervenções em prol das pessoas com deficiências, é necessário compreender as nuances da deficiência e como o tipo e a intensidade da deficiência, género, estágio no ciclo de vida, localização, etnia, orientação sexual, identidade de género, estado civil, situação socioeconómica e outros factores intersectam-se para transmitir a desvantagem ou vantagem.

Pode-se dizer que o movimento dos direitos das pessoas com deficiências em África é um dos mais dinâmicos movimentos sociais contemporâneos no continente. Utilizando o axioma “nada para nós, sem nós”, influencia as dotações orçamentárias e as prioridades de pesquisa, sensibiliza e ajuda a reduzir o estigma amplamente difundido contra as pessoas com deficiências. O movimento de defesa do albinismo está a crescer a olhos vistos.

A importância de dados e análises tem aumentado com o activismo e, por sua vez, reforça a influência destes movimentos. A disponibilidade de dados em um número cada vez maior de países africanos tem permitido um foco empírico nos resultados mais desfavoráveis para as pessoas com deficiências. Vários estudos mostram que as pessoas com deficiências tendem a ser trabalhadores autónomos na agricultura, com menor probabilidade de ser empregados

(Hoogeveen 2005; Mitra 2018). Também há variações nos resultados do emprego entre diferentes tipos e intensidades de deficiência. Em um estudo baseado em dados da Etiópia, Malawi, Tanzânia e Uganda, Mitra (2018) constatou que as maiores disparidades estão na Tanzânia, onde 53% das pessoas com dificuldades funcionais intensas trabalham, em comparação com 85% das pessoas sem dificuldades funcionais. Os resultados referentes à pobreza também apresentam nuances: “embora as pessoas com dificuldades funcionais representem uma parcela desproporcionadamente grande dos pobres, nem todas as pessoas com dificuldades funcionais são pobres” (Mitra 2018, 156).

Também há evidências do menor êxito educacional das pessoas com deficiências em África (ver Eide e Mmatli 2016; Filmer 2008; Hoogeveen 2005; Loeb e Eide 2004; Loeb et al. 2008; Mitra 2018; Mitra, Posarac e Vick 2013; Mizunoya, Mitra e Yamasaki 2016). Quando a condição de deficiência é combinada com o género, observamos os efeitos reais da desvantagem interseccional. Os resultados também diferem de acordo com o tipo de deficiência, mas a falta de dados confiáveis cria restrições significativas para a análise e acção. No caso das deficiências intelectuais, por exemplo, os dados são especialmente escassos, assim como serviços para pessoas com deficiências.

excluídas. Há uma lacuna significativa na alfabetização entre homens e mulheres, sendo que a África Ocidental apresenta as maiores disparidades entre os gêneros e a África Austral, as menores. A sobreposição do gênero em outros marcadores de identidade confere uma desvantagem adicional na educação, como ocorre com outros resultados. Utilizando dados de recenseamento, Taş, Reimão e Orlando (2014) demonstram que as mulheres de minorias étnicas no Senegal e na Serra Leoa enfrentam desvantagens cumulativas em termos de alfabetização e conclusão do ensino primário e secundário. No Senegal, por exemplo, as mulheres têm uma probabilidade 10 pontos percentuais menor de concluir o ensino primário por serem mulheres, 1,6 pontos percentuais por serem de uma minoria étnica e 3,8 pontos percentuais adicionais por serem mulheres de minorias étnicas. Portanto, em termos cumulativos, as mulheres de grupos de minoria étnica têm uma probabilidade 15,4 pontos percentuais menor de concluir o ensino primário do que os homens dos grupos étnicos majoritários no Senegal. Na África do Sul, não obstante os avanços alcançados desde o fim do apartheid, os resultados educacionais entre sul-africanos negros e de cor continuam baixos. Embora quase toda a população branca tenha recebido 12 anos de educação em 1920, a população negra até hoje não chegou a esse nível, perpetuando o legado da segregação racial na educação na África do Sul, que continua a ser um factor de pobreza e desigualdade (Banco Mundial 2018f, 13). Da mesma forma, o Diagnóstico Sistemático de País (SCD, na sigla em inglês) do Benim indica que a falta de ensino na língua materna no ensino primário cria desvantagens para as crianças indígenas e causa o abandono escolar prematuro (Banco Mundial 2017b, 57).

### ***Transições económicas: pobreza e emprego***

O período desde a década de 1990 registrou uma redução significativa da pobreza; mas, ao mesmo tempo, a quantidade absoluta de pobres aumentou drasticamente. Embora a percentagem de pobres tenha caído constantemente de 57% da população africana em 1990 para 41% em 2015,<sup>3</sup> a quantidade absoluta de pessoas que vive na pobreza aumentou de aproximadamente 278 milhões para mais de 413 milhões. Há uma divergência significativa de desempenho entre os países africanos, causada por vários factores, destacando-se a fragilidade, o conflito e a abundância de recursos naturais (Beegle et al. 2016).

### ***Transições espaciais e implicações sociais***

A geografia social de África está em rápida transformação; é, por exemplo, a região com urbanização mais acelerada do mundo (Figura O.2). Atualmente, cerca de 472 milhões de pessoas vivem em cidades e municipalidades – uma quantidade que deverá dobrar nos próximos 25 anos (Lall, Hendessoa e Venables 2017). Contudo, há grandes variações sub-regionais. A maioria das pessoas na África Setentrional e Austral já vive nas cidades. Projeta-se que a população urbana na África Ocidental torne-se maioria pouco depois de 2020, enquanto que as taxas de urbanização continuam inferiores a 20% na África Oriental (ONU-Habitat 2014). A Nigéria está entre os três maiores países do mundo em processo de urbanização, juntamente com a Índia e a China, estimando-se que representarão 35% do crescimento projetado da população urbana do mundo entre 2018 e 2050, acrescentando 189 milhões de habitantes urbanos.<sup>4</sup>

**Figura O.2** Crescimento da urbanização global, 1950–2050



Fonte: UNDESA (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais Nações Unidas), Divisão de População. 2018. *World Urbanization Prospects 2018*.

A urbanização oferece tanto perspectivas como desafios para a inclusão social. A migração de aldeias para cidades e municipalidades tende a ser acompanhada de aspirações de vida nova, maior mobilidade social e económica, assim como melhor acesso a mercados, serviços e espaços. Com frequência, também significa a separação da família e das redes sociais e um sentimento de solidão para quem não conta com redes nas suas novas residências. Um estudo realizado na África do Sul em 2016 mostra que a migração rural-urbana entre 2008 e 2012 foi acompanhada de uma redução de 8,3% no bem-estar subjectivo dos migrantes (Mulcahy e Kollamparambil 2016). Para além disto, as cidades em geral carecem de um planeamento cuidadoso, com cerca de 60% da população urbana em África a viver em assentamentos informais, em comparação com 34% em outros países em desenvolvimento (UNDESA, Divisão de Estatísticas 2015; citado em Lall, Hendessoa e Venables 2017, 38). Finalmente, os trabalhadores informais, tais como catadores de lixo, empregados domésticos, vendedores ambulantes e outros, enfrentam dificuldades grandes para desempenhar as suas actividades na maioria das cidades. Mas as cidades frequentemente oferecem um espaço mais anónimo do que as zonas rurais, permitindo que as pessoas de grupos excluídos escapem da discriminação e explorem oportunidades de emprego e educação que não lhes são acessíveis no contexto rural. Embora seja necessário realizar mais investigações para compreender os mecanismos de êxito destes resultados, o box O.2 explica que as disparidades de riqueza entre grupos étnicos são menos pronunciadas nas zonas urbanas do que nas rurais. Ao mesmo tempo, os grupos étnicos e migrantes tendem a agrupar-se nas zonas urbanas em termos de residência e trabalho, com efeitos variados na inclusão social.

Embora haja um nível considerável de atenção ao crescimento urbano em África e aos avanços na prestação de serviços, também há evidências da relevância da localização e de que muitas áreas estão defasadas. Em geral, os países e as zonas que estão em situação de conflito ou enfrentam fragilidade apresentam resultados piores. Claramente há regiões defasadas dentro dos países, e as pessoas que vivem nessas regiões podem ter outras características definidoras, tais como, por exemplo, fazerem parte de etnias ou outros grupos específicos. Em todo o mundo, as pessoas nas zonas defasadas também têm menos voz e poder político do que em outras regiões. Os países africanos não são excepção; o discurso popular em muitos países africanos estabelece ligações explícitas entre o poder político e a desigualdade do desenvolvimento regional, apontando o facto de que as zonas com melhores ligações políticas com os que estão no poder apresentam situações melhores.

Finalmente, a maioria da população em África continua a viver nas zonas rurais, havendo uma discrepância rural-urbana significativa em termos de oportunidades. Consideremos o caso da saúde: cerca de 56% da população rural em todo o mundo não têm acesso a serviços de saúde, em comparação com 22% da população urbana, sendo que a população rural mais carente vive em África (Scheil-Adlung 2015, 6). Nas zonas rurais, a exclusão dos serviços de saúde também pode ser mais acentuada para as mulheres, os idosos, alguns grupos étnicos e migrantes (Scheil-Adlung 2015, 30). Na África do Sul, não obstante a disponibilidade de cuidado pré-natal gratuito, é menos provável que as mulheres não brancas e as que vivem nas zonas rurais recebam



### Box O.3 A importância de local e paz para a inclusão social

***A paz não é apenas a ausência de conflito; a paz é a criação de um ambiente em que todos possam prosperar, independentemente de raça, cor, credo, religião, gênero, classe, casta ou quaisquer outros marcadores sociais diferenciadores. Religião, etnia, língua e práticas sociais e culturais são elementos que enriquecem a civilização humana, contribuindo para a riqueza da nossa diversidade.***

**Nelson Mandela<sup>a</sup>**

A congruência de conflito e fragilidade com resultados de desenvolvimento inadequados é bem compreendida entre formuladores de políticas, profissionais de ajuda humanitária, activistas e comunidades. Os indivíduos e grupos que residem nas zonas propensas ou em meio a conflito lutam pelo acesso a mercados, serviços e espaços. Os menos poderosos às vezes sofrem atrocidades terríveis. Embora os conflitos e as emergências humanitárias não sejam problemas exclusivamente africanos ou que existam apenas em situações de pobreza e fragilidade, África enfrenta alguns desafios únicos. Como exemplo, em 2016 a África registou 3,9 milhões novos deslocamentos internos causados por conflito, violência e desastres inesperados. Juntamente com o Médio Oriente e a Região da África Setentrional, a África Subsaariana abriga as maiores quantidades de grupos deslocados à força, apresentando um aumento acentuado nos últimos anos. Por exemplo, cada uma das duas regiões teve cerca de 8 milhões de pessoas deslocadas em 2012, mas a quantidade aumentou para 21,5 milhões no Médio Oriente e na África Setentrional e para 18,4 milhões na África Subsaariana em 2017. Na África Subsaariana, a maior parte do deslocamento forçado ocorreu dentro do território nacional: das 18,4 milhões de pessoas deslocadas em 2017, 12,5 milhões eram pessoas deslocadas internamente (PDI) e 5,9% eram refugiados.<sup>b</sup>

Entre 1996 e 2012, o declínio da pobreza em Estados frágeis foi menos pronunciado quando comparado com o declínio em Estados não frágeis em África: após a aplicação de controles referentes a um conjunto de características dos países, a redução da pobreza em Estados frágeis foi 15 pontos percentuais menor do que em Estados não frágeis. Nos países ricos em recursos naturais, a redução da pobreza foi 13 pontos percentuais mais rápida do que nos países sem riqueza de recursos, após a aplicação de controles referentes às características dos países (Beegle et al. 2016). Cabe aqui uma ressalva.

Os países ricos em recursos naturais também podem tornar-se vítimas da “maldição dos recursos naturais”, que pode exacerbar a fragilidade e o conflito se as instituições não forem robustas o suficiente.

O conflito, a ameaça de conflito e os deslocamentos resultantes afectam tanto os deslocados como as comunidades que os acolhem. Em primeiro lugar, o deslocamento acarreta tremendos sofrimentos, mas a fuga pode aliviar os efeitos negativos do conflito (Etang-Ndip, Hoogeveen e Lendorfer 2015) e as pessoas deslocadas nem sempre são as mais pobres (Beegle et al. 2016). Ademais, as comunidades acolhedoras são afectadas pela afluência de migrantes forçados e, em alguns lugares, sobretudo nas zonas fronteiriças remotas e subdesenvolvidas, são mais pobres do que as PDI e os refugiados. Os impactos do deslocamento sobre as comunidades acolhedoras ocorrem por meio de diferentes canais. O campo de refugiados de Kakuma, no Quênia, por exemplo, está localizado no Condado de Turkana, que tem uma taxa de pobreza que se aproxima dos 80%, comparada com a média nacional de 36% (KNBS 2015). Na Tanzânia, a afluência de refugiados do Burundi e do Ruanda na década de 1990 teve um impacto adverso sobre os trabalhadores informais tanzanianos em decorrência do aumento da competição no mercado de trabalho e dos preços de vários produtos.

As mulheres e raparigas em zonas afectadas por conflito podem ficar mais expostas à violência sexual e tornar-se alvos activos de grupos opostos. Evidências da Região dos Grandes Lagos mostram que ex-combatentes mulheres que tentam reinserir-se nas suas comunidades enfrentam estigmas de vários tipos. Uma causa subjacente é a sua maior exposição à violência sexual durante o conflito. Em algumas partes da RGL, o estigma é tão forte que algumas ex-combatentes mulheres evitam identificar-se como ex-combatentes, renunciando à assistência destinada a ex-combatentes (Rhea 2014, 28).

Finalmente, os efeitos da mudança climática podem exacerbar a desigualdade e a exclusão; os efeitos são mais pronunciados em algumas áreas. Quando eventos climáticos extremos atingem zonas com níveis elevados de fragilidade do Estado e da sociedade, toda a população sofre, mas o impacto sobre alguns grupos é mais acentuado. Estes grupos podem incluir pessoas com deficiências, crianças e idosos, entre outros.

a. Do discurso de Nelson Mandela à Convenção Global sobre Paz e Não-Violência, Nova Deli, Índia, 31 de Janeiro de 2004 (ONU DPI 2018).

b. P. Connor e J. M. Krogstad, 2018, “Record Number of Forcibly Displaced People Lived in Sub-Saharan Africa in 2017,” Pew Research Center, <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2018/08/09/record-number-of-forcibly-displaced-people-lived-in-sub-saharan-africa-in-2017> (acedido em 24 de Agosto de 2019).

cuidado pré-natal ou tenham um profissional qualificado presente no parto do que as mulheres brancas nas zonas urbanas (Burgard 2004; Say e Raine 2007; Silal et al. 2012; todos citados em Banco Mundial 2013, 95).

As transições relacionadas com o clima deverão afectar muitos aspectos da vida a nível global e certamente em África. Os eventos climáticos extremos afectam os meios de subsistência, a saúde, a educação e o bem-estar geral, podendo reverter muitos dos ganhos conquistados pelos países africanos. Alguns eventos climáticos contribuem para deslocamentos populacionais involuntários e em grande escala. Projecta-se que África seja o palco da provável migração de 86 milhões de pessoas em decorrência dos efeitos da mudança climática até 2050 (Rigaud et al. 2018). Os eventos com incidência rápida, tais como tempestades ou inundações extremas, tendem a causar deslocamentos de curto prazo, seguidos da volta às zonas afectadas, mas também podem gerar uma combinação de deslocamentos de curto e longo prazo e migrações para fora da zona. Em contraste, os eventos com incidência lenta, como secas ou desertificação, como o que ocorre no Sahel, tendem a causar a migração gradual de longo prazo para fora da zona em vez de afectar os padrões migratórios imediatamente. Muitos migrantes internos deslocam-se para as grandes cidades e, com efeito, a migração interna é um factor contribuinte significativo da urbanização (Tacoli, McGranahan e Satterthwaite 2015; citados em Rigaud et al. 2018, 18). Nairóbi (Quênia) é um exemplo de cidade que provavelmente receberá uma quantidade maior de migrantes em decorrência do clima. Ao mesmo tempo, as cidades baixas e costas vulneráveis à elevação do nível do mar, assim como as zonas com níveis elevados de água e problemas na agricultura estão em risco de perda de população em decorrência de migrações induzidas pelo clima. Addis Ababa e Dar el Salaam são algumas das cidades que deverão registar menor crescimento populacional como resultado da elevação do nível do mar e de inundações causadas por tormentas (Rigaud et al. 2018). Ao elaborarmos programas de adaptação à mudança climática e mitigação dos seus impactos, devemos estar cientes do facto de que as emergências frequentemente podem exacerbar as desigualdades existentes e a assimetria das relações de poder, e que estes factores devem ser considerados tanto na prevenção como na resposta.

### ***A tecnologia pode promover a inclusão social, mas pode deixar algumas pessoas mais para trás***

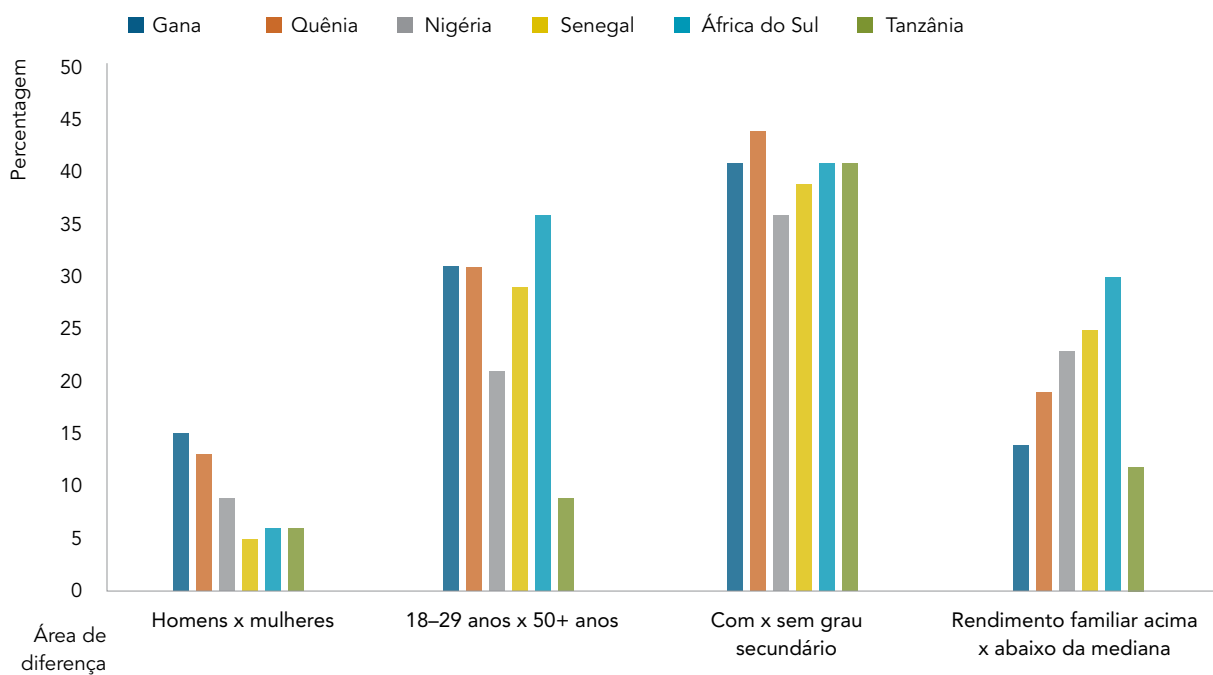
Esta é a era global da tecnologia, mas depende inextricavelmente do nível de acesso de países, regiões, comunidades e agregados familiares a este potente meio. Em muitos aspectos, a África parece ter saltado para a economia digital, mas há grandes variações entre os países. Por exemplo, apesar do aumento relativamente mais acelerado em assinaturas de telemóvel nos países frágeis, a quantidade continua maior nos países não frágeis (Calderon et al. 2019, 49). Da mesma forma, a tecnologia financeira (“*fintech*”) também se espalhou em África nos últimos anos: 21% dos adultos em África agora têm uma conta de dinheiro móvel, sendo que essa quantidade dobrou desde 2014, no ritmo mais acelerado em comparação com qualquer região do mundo (Demirgüç-Kunt et al. 2018). O M-PESA é um dos primeiros exemplos, e talvez o mais saliente, de *fintech* em África. A tecnologia digital também pode promover o emprego, como denota o recente relatório do Banco Mundial sobre o futuro do trabalho em África (Choi, Dutz e Usman 2019).

Como se esperava, a proporção de indivíduos com acesso à Internet em cada país africano está altamente correlacionada ao nível de rendimento do país. A África do Sul é o único país da região onde quase 60% da população está conectada online.<sup>5</sup> Ademais, o Inquérito Global de Atitudes do Pew Research Center, conduzido em seis países na primavera de 2017, mostrou que os homens com níveis mais altos de escolaridade e rendimento tinham maior probabilidade de utilizar *smartphones* (Figura O.3). Isto significa que as pessoas sem *smartphones* são excluídas de muitas oportunidades de acesso a mercados, serviços e espaços.

### Participação política e movimentos sociais

A inclusão social com frequência avança quando indivíduos ou grupos que se sentem excluídos defendem os seus interesses por meio da participação social e política; a natureza dessa participação tem mudado em muitos países africanos. Inquéritos recentes salientam o declínio da participação em processos políticos e cívicos formais, sobretudo entre jovens e mulheres em África, mas a situação é complexa. A probabilidade de votar é menor entre os jovens do que os idosos africanos, e os dados do inquérito do Afrobarometer sugerem que a participação política da juventude diminuiu na última década e meia. A juventude africana, em comparação com os idosos, também tende a participar menos em actividades cívicas. As mulheres jovens participam ainda menos em assuntos públicos. Em comparação com as suas contrapartes masculinas, indicam bem menos interesse em assuntos públicos e em discussões sobre os mesmos (Lekalake e Gyimah-Boadi 2016). A redução da participação em processos políticos formais pode indicar várias situações diferentes. Pode reflectir um desencanto com os processos

**Figura O.3** Utilização de smartphones por faixa etária, género, educação, e nível de rendimento



Fonte: Descrição do Banco Mundial com base no Inquérito Global de Atitudes do Pew Research Center, Primavera de 2017.

ou falta de confiança neles. Também pode indicar que os jovens utilizam outros canais para expressar as suas preferências. Há que se mencionar especialmente a importância das redes sociais. A Internet oferece anonimidade, permitindo que grupos sem voz em outras circunstâncias expressem as suas opiniões pelos meios digitais. A juventude em África é bem mais activa nas redes sociais e plataformas digitais do que as suas contrapartes mais idosas. A ascensão dos movimentos sociais também mostra que os jovens podem utilizar outros canais cívicos para promover as causas do seu interesse. Não obstante, o provável desencanto com os processos políticos pode indicar uma decepção mais ampla com o Estado.

Embora a participação nos processos políticos formais pareça estar em declínio, os movimentos sociais continuam a elevar o perfil da inclusão social em toda África. É de comum conhecimento que a África tem uma história vibrante de movimentos sociais e políticos. Destacam-se os lendários movimentos pela independência e descolonização, os movimentos académicos críticos contra o Eurocentrismo e os movimentos pela paz e liberdades civis e contra diversas políticas económicas. O movimento estudantil Fees Must Fall (Abaixo as Propinas, ou tarifas universitárias) pela redução das taxas nas universidades na África do Sul salienta o facto de que, embora possam não participar dos processos políticos formais, os jovens estão muito activos politicamente. Da mesma forma, o movimento que defende os direitos dos povos indígenas à sua cultura, terras e identidade própria também tem uma forte história. Dois movimentos sociais contemporâneos merecem ser mencionados: o primeiro atraiu atenção ao VIF/SIDA, e o segundo, aos direitos das pessoas com deficiências. Ambos demonstram que o activismo e a educação do público ajudam a mudar normas e práticas. Para além disto, a sociedade civil também tem galvanizado os cidadãos contra a corrupção em vários países de África. Na África do Sul, por exemplo, as organizações da sociedade civil começaram uma campanha contra a corrupção em fins da década de 1990, que levou à primeira cimeira anticorrupção do governo em 1999 e à criação do Fórum Nacional Anticorrupção em 2001, que reuniu a sociedade civil, o empresariado e o governo no combate à corrupção.<sup>6</sup> No Quênia, as organizações da sociedade civil mobilizaram manifestações (Ocupar o Parlamento) contra os salários dos Membros do Parlamento (MP), que culminaram na redução dos salários dos MP e do Presidente em 2013. Outros países registaram formas similares de protesto. Finalmente, os movimentos feministas radicais ganharam força no decorrer dos anos e organizaram-se para responsabilizar o Estado e a sociedade pelas oportunidades menos adequadas para as raparigas e mulheres.

## Como ocorre a exclusão social em África?

A exclusão social tem a ver fundamentalmente com as relações de poder. Em todo o mundo, as sociedades criam formas de solidificar as estruturas sociais e preservar o *status quo*. Atitudes, crenças, percepções e práticas, incluindo superstições, estigmas e rituais, são alguns dos processos por meio dos quais as sociedades estabelecem alguns grupos como subordinados e outros como dominantes. As estruturas e os sistemas incluem, entre outros, famílias, comunidades, sistemas jurídicos, mão-de-obra, mercados fundiários e sistemas de conhecimento. Entre os processos destacam-se atitudes, crenças,

percepções e práticas. Também é importante observar que as estruturas e os processos reforçam-se mutuamente e são solidificados por instituições formais e informais.

***A cultura tem um papel central na vida política, económica e social das comunidades. De facto, a cultura pode ser o elo perdido no desenvolvimento de África. A cultura é dinâmica e evolui com o tempo, desfazendo-se conscientemente de tradições retrógradas, tais como a mutilação genital feminina (MGF), e adoptando aspectos bons e úteis.***  
**Wangari Maathai<sup>7</sup>**

Em todo o mundo, os sistemas de crenças, superstições, estigmas e outras práticas erigem enormes barreiras à inclusão de certos grupos. A intimidação e o assédio imprimem medo, que impede alguns grupos de alcançar o seu pleno potencial e “mantém-nos no seu lugar”. As normas sociais podem designar homens e mulheres a certas profissões ou ditar que algumas práticas são “impuras”. Outras práticas, tais como o estigma e o ostracismo, podem tornar alguns grupos, como as pessoas com deficiências ou as pessoas com albinismo, invisíveis. Com efeito, algumas culturas podem esconder as pessoas com deficiências. Esta falta de visibilidade pode ter graves consequências, incluindo a sua exclusão de estatísticas oficiais; assim, continuam ocultos e negligenciados, tanto a nível familiar como nacional. Com frequência, estes processos de exclusão são consagrados pela religião ou por quem interpreta os textos religiosos. As pessoas com identidade sexual inconformista são excluídas em muitas culturas ao ponto de serem criminalizadas, frequentemente invocando-se textos religiosos. Os tabus associados às mulheres menstruadas são comuns em muitas partes do mundo; as crenças de pureza e poluição servem para excluir certos grupos em certos momentos ou sempre. Em termos gerais, estas práticas são mecanismos para impor uma ordem social e o controle.

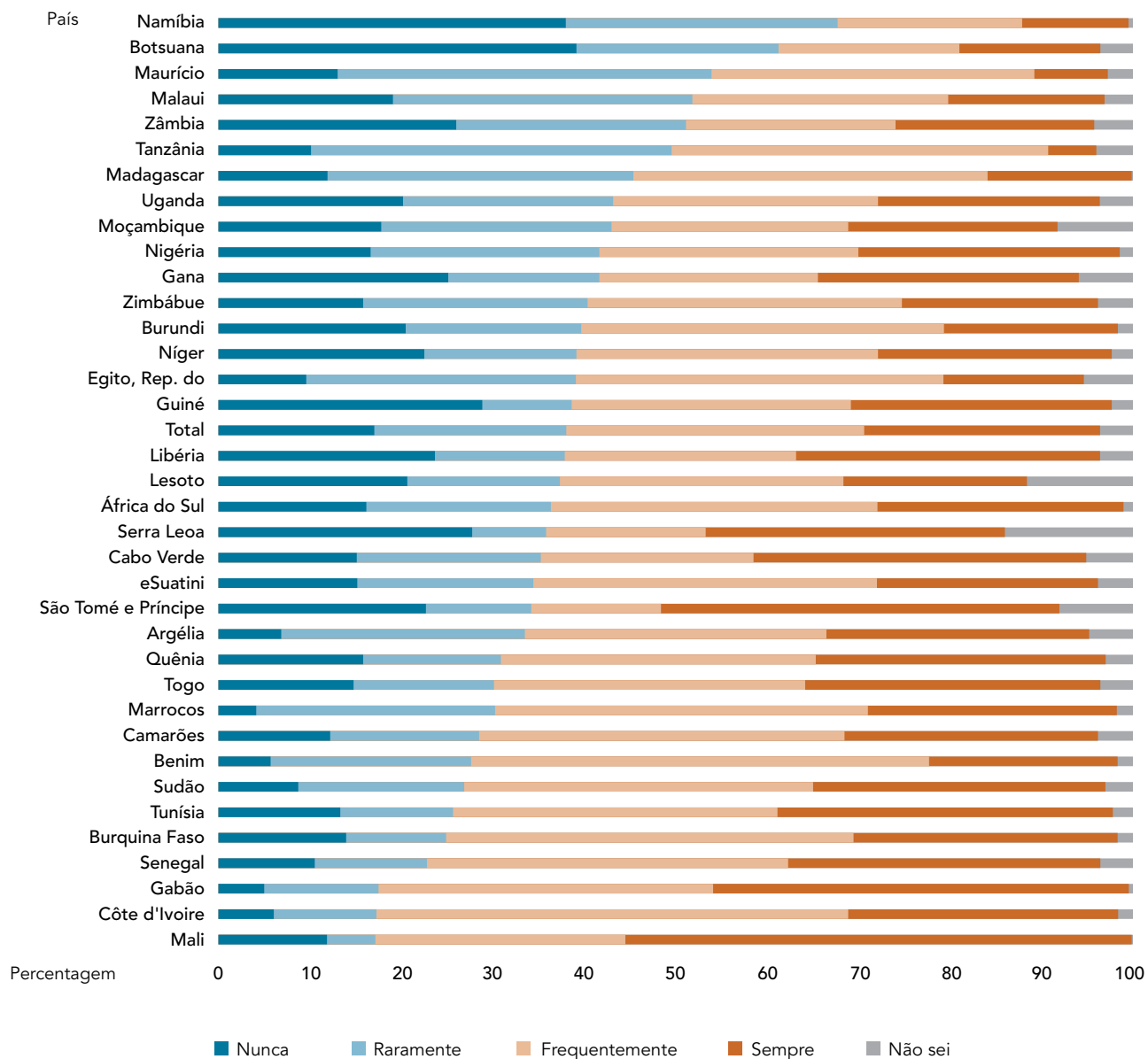
Por que os processos e as práticas são relevantes para políticas e programas? São relevantes porque afectam as acções e os comportamentos de grupos dominantes e subordinados, de prestadores de serviços e do próprio Estado. Os grupos historicamente excluídos, por sua vez, podem responder de várias formas. Uma possibilidade é “excluir-se” ou rejeitar as condições segundo as quais são incluídos. Os grupos excluídos podem abandonar a escola ou o mercado de trabalho ou desligar-se dos processos políticos. Uma segunda possibilidade, que está relacionada com a primeira, é o eventual acúmulo de ressentimentos, criando tensões sociais e exercendo impactos de longo prazo sobre a economia e a sociedade. A terceira possibilidade é a de os grupos que se sentem excluídos formarem organizações políticas de grande influência e utilizarem o espaço político para exigir mudanças. Os processos e as estruturas têm fortes efeitos nos sentimentos e nas percepções dos indivíduos e grupos. Como parte dos nossos esforços no sentido de não deixar ninguém para trás, implantar o acesso universal e erradicar a pobreza extrema, precisamos de atentar ao comportamento, que é o primeiro passo de uma mudança duradoura. Mas, mesmo estando cientes dos sistemas de crença, sentimentos e percepções afectam os comportamentos, e medir e interpretar tais sistemas e as fundações afectivas subjacentes é tarefa complexa que requer uma compreensão profunda do contexto, assim como de dados robustos e ferramentas analíticas.

A violência é uma das manifestações mais graves da exclusão e um mecanismo para mostrar aos grupos subordinados qual é “o seu lugar”. As ofensivas físicas são frequentemente justificadas com um conjunto complexo de crenças e tabus que servem para criar uma “lógica de exclusão” eventualmente consagrada pela religião. Por exemplo, muitas religiões consideram que o lugar da mulher é em casa e podem implicitamente aprovar a violência contra as mulheres que osem transgredir esta norma. Em termos gerais, a aceitação da violência doméstica contra a mulher continua ampla em África, embora tenham ocorrido mudanças no decorrer do tempo. Beegle et al. (2016) constatam que, nos períodos de 2000–2006 e 2007–2013, a aceitação da violência doméstica entre as mulheres em África diminuiu quase 10 pontos percentuais, mas, no patamar de 30%, a aceitação da violência doméstica na região continua excepcionalmente elevada e duas vezes maior do que a média no resto do mundo em desenvolvimento (14%). Contudo, há uma heterogeneidade considerável entre os países. Algumas práticas, tais como a mutilação genital feminina (MGF), que para certos grupos representa um valor cultural, são tanto exemplos de violência como símbolos extremos de exclusão, com efeitos devastadores na saúde, educação e oportunidades de vida. A MGF pode ter impactos directos na saúde reprodutiva e mental e causar doenças contagiosas. Consagrada e defendida pela religião e cultura, a MGF serve para solidificar a condição subordinada das mulheres e raparigas.

Atitudes, percepções e sentimentos podem indicar até que ponto as pessoas sentem-se incluídas em mercados, serviços e espaços. Fazer parte de um grupo étnico pode criar afinidade e conforto entre seus integrantes; da mesma forma, expressar afinidade com uma identidade nacional é uma indicação de que os entrevistados sentem-se ligados ao seu país. O Afrobarometer 2014/2015 perguntou aos entrevistados que indicaram a sua identidade étnica no início do inquérito se consideravam mais importante a sua identidade nacional ou étnica. Os resultados são elucidativos; apenas uma pequena minoria de entrevistados pareceu dar precedência à sua identidade étnica isoladamente. Os sentimentos de identidade nacional ou étnica podem decorrer de vários factores relacionados com o nível de pluralismo ou competição na sociedade, a história de nação-estado ou de conflito e o ambiente político corrente. Também é possível que estas perguntas ensejem respostas social ou politicamente aceitáveis. Portanto, não devem ser aceitas como “verdades” e devem ser interpretadas com cuidado.

Os sentimentos negativos sobre o Estado são amplos em muitas partes de África. Este desafecto é aparente em vários países, em colunas de jornais, redes sociais e conversas informais. Também se reflecte em pesquisas de percepções. O Afrobarometer 2014/2015 perguntou aos entrevistados com que frequência sentem que as pessoas no seu país são tratadas de forma desigual “perante a lei” (ou seja, pelo Estado); isto provavelmente indica que há ressentimentos e sentimentos de injustiça e exclusão. A Figura 0.4 apresenta os resultados. Como se esperava, há variações pronunciadas entre os países africanos. Botsuana e Namíbia sobressaem-se como países onde quase 60% dos entrevistados sentiam que as pessoas nunca ou raramente são tratadas de forma desigual perante a lei. No Malawi, Maurício e Tanzânia, cerca de metade ou pouco mais dos entrevistados sentiam que o tratamento desigual perante a lei nunca ou raramente se manifestava. No outro extremo do espectro, no Mali e em São Tomé e

**Figura O.4** Percepções de tratamento desigual perante a lei



Fonte: Cálculos do Banco Mundial baseados em dados do Afrobarometer 2014/2015, Rodada 6 ([http://afrobarometer.org/sites/default/files/summary\\_results/ab\\_R6\\_afrobarometer\\_global\\_release\\_highlights.pdf](http://afrobarometer.org/sites/default/files/summary_results/ab_R6_afrobarometer_global_release_highlights.pdf)).

Observação: Perguntou-se aos entrevistados: "Na sua opinião, com que frequência neste país as pessoas são tratadas de forma desigual perante a lei?"



Príncipe, mais da metade dos entrevistados sentiam que o tratamento desigual perante a lei *sempre* se manifestava. Em termos gerais, na maioria dos países, mais da metade dos entrevistados sentiam que as pessoas eram frequentemente ou sempre tratadas de forma desigual perante a lei.

Quando a maioria dos cidadãos sente que as pessoas no seu país são tratadas de forma desigual, isto geralmente indica captura da elite; em outras palavras, há a percepção de que o Estado atende às necessidades de uma pequena parcela da sociedade. Nesta situação, a exclusão não é uma questão de minorias, mas afecta muitos ou a maioria dos cidadãos. Vários Diagnósticos Sistemáticos de País (SCD, na sigla em inglês) do Banco Mundial em África identificam a captura da elite e a falta de confiança do público como obstáculos importantes à prestação de serviços inclusivos e a um contracto social mais amplamente estável. Ver, por exemplo, os SCD do Benim (Banco Mundial 2017b); da Guiné-Bissau (Banco Mundial 2016); da Libéria (Banco Mundial 2018e); e de Madagascar (Banco Mundial 2015). Outros inquéritos e relatos também apontam percepções de que o Estado e as suas instituições são opacas e que beneficiam apenas alguns poucos. Um inquérito de percepções realizado pelo Pew Research Center constatou que 64% dos quenianos, 63% dos nigerianos e 69% dos sul-africanos entrevistados sentiam que muitos empregos vão para pessoas com conexões.<sup>8</sup>

A despeito das grandes apreensões em relação às suas economias e frequentemente acerca dos seus governos, novas evidências apontam que pessoas que vivem em vários países africanos têm altos níveis de optimismo. Por exemplo, como parte da Pesquisa Global de Atitudes realizada pelo Pew Research Center na primavera de 2017, cerca da metade dos africanos (mediana de 49%) e latino-americanos (48%) entrevistados disseram que o seu dia estava “particularmente bom”, enquanto que outras regiões preponderantemente descreveram o seu dia como “típico”. Da mesma forma, Graham e Hoover (2006), com base em dados do Afrobarometer, constataram níveis superiores de optimismo em África do que em outras regiões, com níveis especialmente elevados de optimismo entre os entrevistados mais pobres e inseguros, que tinham grandes esperanças para o futuro dos seus filhos. Em harmonia com esta constatação, o SCD da Libéria (Banco Mundial 2018e, 72) cita uma pesquisa de 2014, que concluiu que a maioria dos liberianos acredita que o país está a avançar na direcção certa, em decorrência, em parte, da volta do país a uma situação relativa de paz e estabilidade.

## **A inclusão social pode ser alcançada quando é uma escolha consciente das sociedades**

A inclusão social é importante, pois a exclusão prejudica a capacidade, oportunidade e dignidade de alguns indivíduos e grupos, sendo onerosa para as sociedades e economias. Mas medir os custos da exclusão social não é uma tarefa fácil. Algumas estimativas concentram-se em grupos específicos ao avaliar o custo da exclusão; entre estes grupos figuram mulheres, pessoas com deficiências, grupos étnicos ou raciais, pessoas em relações do mesmo sexo e migrantes. Este relatório descreve alguns dos canais e níveis por meio do qual se chegam aos custos. Os custos podem resumir-se a nível de

indivíduo, agregado familiar, grupo ou comunidade; também podem ser estimados a nível local, subnacional e nacional. Os custos da exclusão social podem ser directos ou indirectos, de curto ou de longo prazo. Os custos cumulativos de longo prazo podem ser significativos e afectar as trajectórias de crescimento de toda a economia. Por exemplo, rendimentos ou resultados de emprego mais baixos a nível individual podem ser a consequência de dotações menos abundantes de capital humano, o que, por sua vez, podem decorrer de desvantagens anteriores na educação ou da discriminação na contratação ou no local de trabalho (por exemplo, Buckup 2009; Lamichhane e Sawada 2013; Morgon Banks e Pollock 2015). A experiência da exclusão pode ter custos de saúde física e mental para indivíduos, agregados familiares, grupos e, em última instância, a nível nacional (ver, por exemplo, Lereya et al. 2015). Finalmente, os benefícios perdidos também podem ser custosos. Hunt, Layton e Prince (2015) e Hunt et al. (2018) concluem que as empresas no quartil superior de diversidade de género, raça e etnia têm de 15% a 35% mais chances de obter retornos financeiros acima das medianas nacionais dos seus sectores. Os ganhos decorrentes da inclusão de grupos excluídos ocorrem não apenas como resultado do acréscimo de trabalhadores à força de trabalho; a diversidade em si pode aumentar a produtividade (Ostry et al. 2018).

Em última análise, a inclusão social deve ser uma escolha consciente das sociedades e dos governos, com uma compreensão clara dos custos e benefícios. O investimento numa sociedade inclusiva não é gratuito e requer uma acção concertada para transformar o investimento em uma situação de ganhos para todos. Os programas sociais, por exemplo, podem ser caros e ter um impacto na sustentabilidade fiscal. Os governos frequentemente precisam de identificar compensações, reduzindo os custos de outras iniciativas ou aumentando os impostos. Também pode haver custos políticos, pois as iniciativas voltadas a grupos historicamente excluídos podem transtornar as relações de poder. Os governos e políticos precisam de elaborar contractos sociais claros com os cidadãos para assegurar o apoio à inclusão social. Há exemplos em todo o mundo de cidadãos dispostos a pagar por uma sociedade mais inclusiva. A forma mais poderosa de apoio são os mecanismos fiscais, por meio dos quais os cidadãos pagam impostos que explicitamente financiarão políticas e programas de maior inclusão social. No Brasil, México e Nepal, por exemplo, há um forte apoio aos programas de protecção social; e, no Bangladesh, a redução da pobreza é reconhecida como prioridade nacional, com a elite a apoiar iniciativas de combate à pobreza (Hossain e Moore 2002). Há evidências preliminares do Gana, Quênia, Nigéria e Uganda indicando que as atitudes em relação à redistribuição podem ser geralmente favoráveis (Langer, Stewart e Schroyens 2016).

## A mudança para a inclusão social está ao alcance

Como ocorre a mudança? Quem são os principais intervenientes? Quais são os canais pelos quais se obtêm os avanços na inclusão social? O que podemos aprender para o futuro e os países que querem realizar maiores avanços? Baseámo-nos no quadro de inclusão social do Banco Mundial (Banco Mundial 2013) e examinamos a inclusão em *mercados, serviços e espaços*. Inclusão como? E aqui reiterámos o que dissemos anteriormente neste relatório: aumentando a *capacidade, oportunidade e dignidade* dos indivíduos e grupos com maior probabilidade de serem excluídos. Este relatório descreve algumas das iniciativas de políticas e programas em países africanos em busca da inclusão social. A documentação do processo pode ajudar outros que estão a tentar estruturar soluções factíveis. Portanto, concentramos a nossa atenção em algumas inovações e soluções genéricas que os países africanos experimentaram.

Há outros factores importantes de mudança para a inclusão social em África, como em outras regiões. Entre estes destacam-se vários intervenientes não estatais: grupos religiosos, organizações não governamentais (ONG), o sector privado e, acima de tudo, organizações de grupos historicamente subordinados. Mudanças duradouras geralmente ocorrem quando intervenientes estatais e não estatais trabalham em conjunto. As elites com frequência participam tanto de acções estatais como não estatais e desempenham um papel crítico na promoção da inclusão social. A importância da epidemia do VIH/SIDA em muitas partes do continente oferece um caso interessante. O que começou como uma atenção a uma emergência de saúde pública evoluiu rapidamente no sentido de identificar os grupos afectados, incluindo, entre outros, homens homossexuais e bissexuais, assim como outros homens que fazem sexo com homens (HSH), viúvas e órfãos. A atenção à orientação sexual em muitos países africanos foi legitimizada porque estava ligada à crise de saúde pública, e grupos anteriormente invisíveis ganharam visibilidade. Isto não quer dizer que o estigma desapareceu; às vezes o estigma pode ter apenas mudado de forma. Não obstante, a epidemia desencadeou o processo. Apresentou uma oportunidade para os grupos anteriormente excluídos de se mobilizar e actuar como parceiros na mudança promovida pelas políticas e programas. No processo de atacar a epidemia, os governos e a sociedade civil cooptaram tanto as elites como os membros das comunidades. Métodos inovadores de utilização de informações e tecnologia de comunicação para solicitar respostas anónimas a perguntas aumentaram em popularidade. Essa tecnologia também pode ser utilizada para amplificar a voz. Na Tanzânia e no Sudão do Sul, duas iniciativas pilotos, denominadas “Ouvir África”, tiveram grande êxito na recolha de dados de painel realizando entrevistas por telemóvel.

Não importa qual seja o interveniente patrocinador de um programa destinado a promover a inclusão social, poucos programas podem ter êxito sem a apropriação das comunidades. As comunidades que se apropriam do movimento de inclusão social e conseguem visualizar uma nova sociedade para si têm maior probabilidade de investirem no êxito desses programas. Em contraste, quando são estruturados sem o envolvimento da comunidade, os programas podem levar mais tempo para decolar e

podem até mesmo encontrar resistência da própria comunidade. O processo de abolição da mutilação genital feminina no Burquina Faso é um caso ilustrativo. Juntamente com a criminalização da prática em 1997, o governo implementou uma ampla série de medidas que promoveu a apropriação da mudança pelas comunidades. Para além de oferecer formação a advogados, juizes, polícias e agentes de segurança para assegurar a sua adesão, o governo apoiou “patrulhas comunitárias” que realizaram campanhas de sensibilização sobre as consequências nefastas da MGF e informaram as comunidades sobre a sua criminalização.

A maioria dos países em África, como em outras regiões, tem uma variedade de políticas, programas e projectos para promover a inclusão social. Estas políticas podem ser direccionadas para certos grupos ou áreas, ou podem ser universais e acessíveis para todos. No nível mais elevado, as constituições da maioria dos países garantem a igualdade e as liberdades básicas. As leis são o próximo nível de acções que promovem mudanças; podem ser progressivas ou regressivas. O Box O.4 mostra que África tem realizado os avanços mais rápidos na adopção de leis que promovem a igualdade de género. Documentos, manifestos e pronunciamentos com uma visão ampla oferecem uma indicação mais definida das prioridades de um governo. Num nível mais inferior encontram-se as políticas, que estabelecem directivas e mostram o caminho mais claro do foco de um governo na inclusão social. Muitas políticas sinalizam os grupos que privilegiam ou ignoram com a omissão de certos temas ou grupos ou pela intensidade da implementação de certas políticas. Portanto, embora as políticas possam não excluir indivíduos ou grupos activamente, é possível que o façam de forma passiva, não indicando expressamente quem está incluído ou não dedicando recursos ou atenção suficientes para a implementação.<sup>9</sup> Alguns exemplos de políticas e programas estão apresentados no Quadro 0.1.

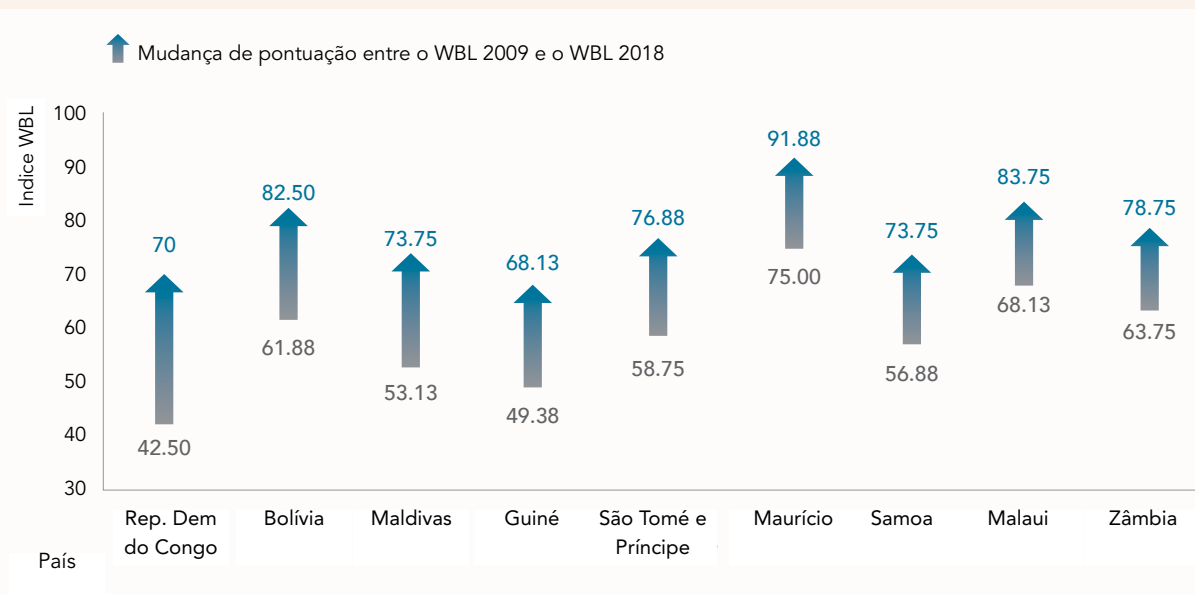
Programas bem concebidos e implementados em todo o mundo têm mudado a face da exclusão social. Destes, as redes de segurança social (SSN, na sigla em inglês) têm um histórico de proteger os agregados familiares contra os efeitos negativos de choques e, mais recentemente, de construir activos familiares e comunitários. Esses programas começaram em África em resposta a crises alimentares e emergências humanitárias e continuam a complementar as respostas de emergência a crises ou choques, reduzindo assim o custo e aumentando a eficácia da acção humanitária. As redes de segurança social com frequência oferecem veículos prontos para intervir em crises. Em resposta à emergência do Ébola, os governos alavancaram os modestos programas existentes e ampliaram os programas de transferência de renda e obras publicas (Beegle, Coudouel e Monsalve 2018, 67). No decorrer do tempo, África tornou-se líder na concepção e implementação de redes de segurança social. Cada país da região tem pelo menos um programa de rede de segurança social. Há uma ampla variedade de programas que podem ser classificados informalmente como “programas de empoderamento” e frequentemente são direccionados a grupos historicamente excluídos, podendo exercer impactos extensos e positivos. No Uganda, o programa Empoderamento e Subsistência para Adolescentes (ELA, na sigla em inglês) foi desenvolvido e implementado pela Building Resources Across Communities (BRAC) para oferecer formação para empreendimentos de pequena escala, educação para a

## Box O.4 Reforma Jurídica para Mulheres em África

A África implementou mais reformas para promover a igualdade de género do que qualquer outra região do mundo, com 71 reformas no decorrer dos últimos 10 anos. A maioria destas reformas (mais de 50%) refere-se a leis que afectam a violência baseada no género, sendo que Burundi, Comoros, Ruanda, São Tomé e Príncipe e Zâmbia também adoptaram leis

que tratam do assédio sexual no local de trabalho e a violência doméstica. A República Democrática do Congo, Guiné, Malawi, Maurício, São Tomé e Príncipe e Zâmbia figuram entre as economias que realizaram mais reformas na região na última década (ver a Figura BO.4.1).

Figura B O.4.1 Avanço no Índice de Mulheres, Empresas e o Direito, 2009–2018



Fonte: Banco Mundial 2019, 11, baseado na base de dados de Mulheres, Empresas e o Direito.  
Observação: WBL = Mulheres, Empresas e o Direito, na sigla em inglês.

A **República Democrática do Congo** registou o maior aumento no seu índice de Mulheres, Empresas e o Direito (de 42,50 em 2009 para 70 em 2018). Os avanços na República Democrática do Congo basearam-se em reformas que permitiram às mulheres casadas registar empresas, abrir contas bancárias, assinar contratos, obter empregos e escolher o seu local de residência da mesma forma como os homens. Foi eliminada a exigência legal de que as esposas obedecessem aos seus maridos, assim como as restrições que impediam as mulheres de trabalhar em sectores específicos, nomeadamente os da mineração, manufactura e construção civil. A República Democrática do Congo também adoptou leis que proíbem a discriminação com base no género no emprego e no acesso ao crédito.

**Maurício** deu início a reformas em 2008, adoptando recursos civis para o assédio sexual no trabalho, proibindo a demissão de trabalhadoras grávidas, instituindo a licença paga de paternidade e banindo a discriminação

no acesso ao crédito com base no género. O governo determinou a remuneração igual por trabalho de igual valor em 2013 e aumentou o período de licença paga de maternidade de 12 para 14 semanas em 2015. Em decorrências destas reformas, a pontuação de Maurício aumentou em 16,88 pontos; entre 2009 e 2018, a taxa de participação da mulher na força de trabalho cresceu 6,82% em relação à dos homens.

**São Tomé e Príncipe** adoptou a lei de violência doméstica em 2009, implementou uma lei de assédio sexual no local de trabalho que inclui sanções penais em 2012 e, em 2014, reformou as suas leis de reforma para que homens e mulheres tenham direito a benefícios plenos de pensão, para além de estabelecer idades iguais para a reforma obrigatória de homens e mulheres. Entre 2009 e 2018, a participação da mulher na força de trabalho cresceu 1,75% em relação à dos homens.

Fonte: Banco Mundial 2019

saúde e redução de comportamentos de risco. O projeto Empoderamento da Mulher e Dividendo Demográfico no Sahel (SWEDD), que abrange Burkina Faso, Chade, Costa do Marfim, Mali, Mauritânia e Níger, tem utilizado várias inovações para alcançar o objectivo de empoderar mulheres e raparigas adolescentes oferecendo acesso a serviços de saúde reprodutiva, infantil e materna de qualidade e trabalhando com parceiros locais para melhorar as suas capacidades. O projeto atraiu o apoio de líderes religiosos para questões como casamento infantil, saúde materna e infantil, planeamento familiar, educação para raparigas, violência baseada em género e o empoderamento económico e social da mulher. Em outra iniciativa, o projeto oferece bicicletas, kits escolares e kits sanitários para raparigas. O projeto também organiza classes de orientação em áreas selectas para ajudar as raparigas a acompanhar os estudos na escola e forma jovens mulheres em ofícios não tradicionais.

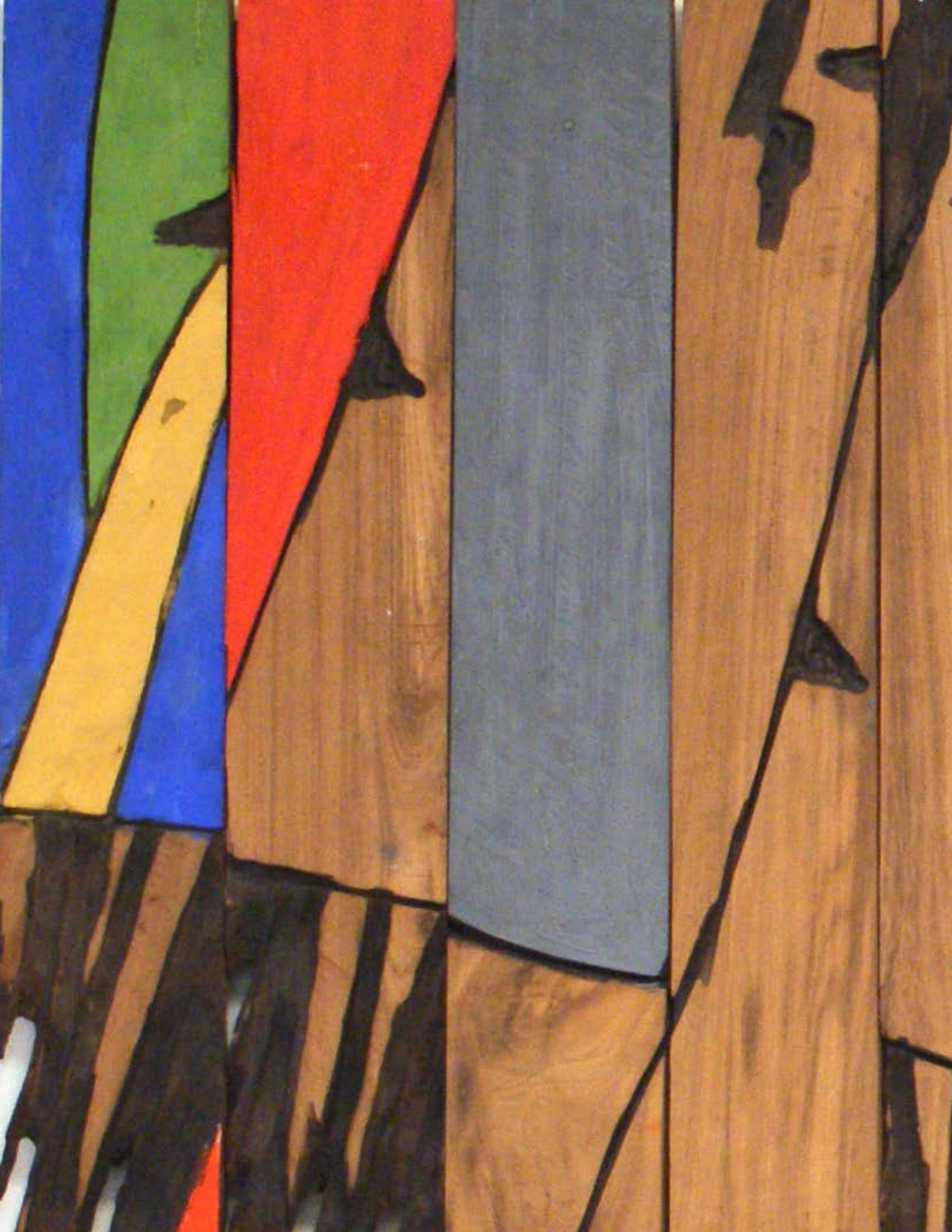
Outra forma de concentração em indivíduos ou grupos específicos é por meio de acção afirmativa ou quotas. Disposições especiais para indivíduos e grupos são comuns tanto nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico) como fora da OCDE. Embora sejam controvertidas em certas circunstâncias, sobretudo no contexto de desigualdades persistentes baseadas em grupos, as políticas de acção afirmativa ainda são consideradas entre os mecanismos de política mais eficazes (Langer, Stewart e Schroyens 2016). Muitos países africanos têm políticas de acção afirmativa para mulheres e pessoas com deficiências. O Uganda consagrou um sistema de quotas para o parlamento na Constituição de 1995 (Artigo 78), determinando que o parlamento inclua uma representante mulher em cada distrito, assim como representantes do exército, juventude, trabalhadores, pessoas com deficiências e “outros grupos que o Parlamento venha a definir”. Foram adoptadas disposições similares para assegurar cargos para mulheres nos governos locais (Muriaas e Wang 2012, 311). A África do Sul, é claro, tem o conjunto mais proeminente e abrangente de iniciativas.

O contexto de desenvolvimento em transição no continente, como demonstrado por tendências regionais específicas, pressagia novas oportunidades e novos desafios para os países africanos nas próximas décadas. Primeiro, a redução quase geral da pobreza, a melhoria da educação e o aprimoramento da saúde têm significado (e significarão cada vez mais) que os formuladores de políticas devem concentrar-se naqueles que não foram beneficiados por estes avanços agregados. Destes, destacam-se as pessoas afectadas pelo conflito e a fragilidade, mas alguns grupos em contextos não frágeis também estão em risco de serem excluídos. Incluem-se algumas categorias de mulheres, minorias sexuais e de género, pessoas com deficiências, pessoas mais idosas, algumas categorias de jovens e criança, certos grupos étnicos e raciais e aqueles que vivem em regiões “defasadas”. Alguns destes grupos são mais assertivos; outros podem nutrir ressentimentos. Segundo, o desenvolvimento potencializa a aspiração. À medida que a sua situação melhora, indivíduos e grupos vão querer mais; isto tem implicações para a forma como os governos responderão a estas aspirações realçadas. O relatório mostra que os cidadãos em muitos países em África estão simultaneamente desencantados com o Estado e cheios de optimismo e esperança de vidas melhores. À medida que mais países alcancem o nível de renda média, passarão a concentrar-se nas questões de prosperidade da “segunda geração”. As tendências e transições que conformam e

inibem o dinamismo de África deverão ter implicações significativas para a inclusão social em anos futuros. Embora o foco na pobreza deva ter protagonismo na resolução de questões de inclusão social, os Estados e as sociedades também precisarão de considerar os factores da pobreza e *por que* alguns grupos são excluídos.

A África realizou avanços enormes no desenvolvimento económico e na inclusão social, mas ainda há muito a ser feito. Há várias áreas cujos avanços mais rápidos no mundo ocorrem em países africanos. Mas, como o Banco Mundial (2013) ressalta, a inclusão social não é um processo linear. Os avanços podem ser interrompidos por motivos inesperados, mas podem recuperar o ritmo. Os grupos anteriormente sem poder podem ganhar poder e sobrepujar grupos anteriormente dominantes, que, por sua vez, podem esforçar-se para impedir os avanços da inclusão social, pois estes prejudicam os seus interesses. Portanto, a inclusão social é sempre um trabalho em andamento (Banco Mundial 2013).





## Quadro O.1 Intervenções ilustrativas da inclusão social em mercados, serviços e espaços

Domínio de inclusão	Canal de intervenção	Acções ilustrativas direccionadas às pessoas com maior probabilidade de serem deixadas para trás	Exemplos ilustrativos de políticas, programas e projetos
<b>MERCADOS</b>			
<b>Trabalho</b>	Disposições legais que dão acesso ao mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Assegurar o acesso de grupos excluídos a empregos e a possibilidade de abrir contas bancárias e empresas.</li> <li>· Remover a obrigação das mulheres de obedecer aos seus maridos.</li> <li>· Eliminação das restrições ao trabalho à noite para mulheres.</li> <li>· Consagrar a não discriminação na lei de emprego (incluindo contratação, remuneração e promoções).</li> <li>· Proibir o assédio no trabalho.</li> <li>· Estabelecer recursos legais para o assédio sexual e outras formas de assédio no emprego.</li> <li>· Proibir a demissão de funcionárias grávidas.</li> <li>· Estabelecer a licença paga de maternidade e paternidade.</li> </ul>	<p><b>Congo, Rep. Dem.</b> Reformas do código de família para melhorar a igualdade de género e reformas para proibir a discriminação com base em género no emprego.</p> <p><b>Zâmbia</b> Lei de Equidade e Igualdade de Género e criação da Comissão de Igualdade de Género.</p> <p><b>Etiópia</b> Reformas da lei de propriedade, exigindo o consentimento de ambos os cônjuges na administração de bens conjugais; mudança simultânea para elevar a idade mínima das mulheres para o casamento.</p> <p><b>Burundi, Comoros, Maurício, Ruanda, São Tomé e Príncipe e Zâmbia</b> Leis contra o assédio sexual no local de trabalho e a violência doméstica.</p> <p><b>Maurício</b> Proibição da demissão de trabalhadoras grávidas, introdução da licença paga de paternidade e prorrogação da licença paga de paternidade.</p>
	Acção afirmativa e quotas	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Implementar medidas para atrair, desenvolver e reter indivíduos de grupos historicamente desfavorecidos.</li> <li>· Considerar quotas de emprego para grupos sub-representados.</li> <li>· Estabelecer sistemas de dados e monitorização e avaliação para monitorizar e avaliar o impacto da acção afirmativa.</li> <li>· Criar instituições que possam lidar com o ressentimento.</li> </ul>	<p><b>África do Sul</b> Lei de Equidade de Emprego de 1998 e legislação ampla de empoderamento económico de 2003 para “Negros (incluindo africanos, de cor [raças mestiças] e indianos), mulheres e pessoas com deficiências”.<sup>a</sup></p> <p><b>Nigéria</b> Comissão Federal de Carácter (FCC, na sigla em inglês) criada em 1996. Supervisiona a implementação da acção afirmativa na burocracia, serviços sociais, desenvolvimento de infraestrutura e sector privado.</p>
	Habilitações e formação	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Apoiar actividades geradoras de rendimento para os grupos excluídos (p.ex., ex-combatentes, jovens e mulheres).</li> <li>· Desenvolver formações de competências pessoais e profissionais.</li> <li>· Oferecer formações sobre empresas de pequena escala para grupos específicos, p.ex., mulheres.</li> </ul>	<p><b>Congo, Rep. Dem.</b> Reforço das oportunidades de reintegração socioeconómica para agregados familiares vulneráveis de ex-combatentes desmobilizados por meio do PNDDR.</p> <p><b>Libéria</b> Mecanismo de emprego de mão-de-obra intensiva criado pelo Ministério de Obras Públicas (com o apoio da UNMIL, do PNUD e do BM) para recuperar as estradas, oferecer empregos a ex-combatentes e jovens afectados pela guerra.</p> <p><b>Uganda</b> Programa de Empoderamento e Subsistência de Adolescentes (ELA, na sigla em inglês).</p>

Quadro 4.1 (continuação)

Domínio de inclusão	Canal de intervenção	Ações ilustrativas direccionadas às pessoas com maior probabilidade de serem deixadas para trás	Exemplos ilustrativos de políticas, programas e projetos
<b>Financeiro</b>	Tecnologia financeira móvel	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Proibir a discriminação no acesso a crédito e transacções financeiras e implantar sistemas de fiscalização.</li> <li>· Oferecer acesso a tecnologia financeira ("fintech") às pessoas tradicionalmente consideradas "desqualificadas para serviços bancários".</li> <li>· Oferecer formação sobre a utilização de produtos financeiros móveis e habilitações empresariais para microempreendedores.</li> </ul>	<p><b>Congo, Rep. Dem.</b> e Maurício Leis de combate à discriminação com base em género no acesso a crédito.</p> <p><b>Quênia</b> O M-PESA, um sistema de transferência de dinheiro criado em 2007; até 2018, 96% dos agregados familiares fora de Nairóbi tinham pelo menos conta no M-PESA.</p> <p><b>Tanzânia</b> Programa Business Women Connect (BWC).</p>
	Disposições legais sobre a propriedade da terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Estabelecer a paridade dos géneros nas leis de sucessão e propriedade da terra.</li> <li>· Fornecer escrituras de terras ou o reconhecimento de facto do uso da terra e o reconhecimento dos direitos costumeiros de grupos excluídos.</li> </ul>	<p><b>Ruanda</b> A reforma legislativa primeiro eliminou o viés contra a mulher como proprietária de terras, seguido da Lei Orgânica da Terra (OLL, na sigla em inglês) de 2005 para estabelecer um sistema jurídico singular de propriedade da terra e eliminar o dualismo dos sistemas costumeiros e formais.</p> <p><b>Quênia</b> Decisão da Comissão Africana de Direitos Humanos e das Pessoas no sentido de reconhecer os direitos de propriedade dos Endorois (agropastoralistas) sobre as suas terras ancestrais próximas à Reserva de Caça do Lago Bogoria.</p>
<b>Fundiário</b>	Reforma agrária	<ul style="list-style-type: none"> <li>· A viabilização da redistribuição por meio de reformas agrárias, p.ex., transformando grupos excluídos (mulheres, grupos indígenas) em proprietários conjuntos em projectos de redistribuição e reassentamento das terras.</li> <li>· Reservar quotas de uso da terra.</li> <li>· Reforçar a representação das mulheres e pessoas indígenas nas negociações de terras.</li> <li>· Facilitar a participação de grupos excluídos em processos, p.ex., permitindo a apresentação de evidências orais nos tribunais fundiários.</li> </ul>	<p><b>Moçambique</b> A Lei de Terras de 1997 permite a utilização de evidências orais nos tribunais fundiários.</p> <p><b>Ruanda</b> Programa nacional de regularização da propriedade da terra (LTR, na sigla em inglês) de 2010.</p>
<b>SERVIÇOS</b>			
<b>Serviços transversais</b>	Documentação	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Assegurar que todos os grupos tenham a documentação relevante para aceder aos serviços.</li> </ul>	<p>Iniciativa ID4D apoiada pelo Grupo do Banco Mundial (<b>Botsuana, Camarões, Chade, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Etiópia, Guiné, Libéria, Madagascar, Marrocos, Namíbia, Nigéria, Quênia, Ruanda, Serra Leoa, Tanzânia e Zâmbia</b>).</p>
	Respostas de emergência para proteger grupos vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Ampliação de programas de transferência de renda e obras públicas.</li> </ul>	<p>Respostas de múltiplos países à emergência do Ébola, a eventos climáticos extremos e ao conflito.</p>



Quadro 4.1 (continuação)

Domínio de inclusão	Canal de intervenção	Ações ilustrativas direcionadas às pessoas com maior probabilidade de serem deixadas para trás	Exemplos ilustrativos de políticas, programas e projetos
	Engajamento de comunidades e formação para autoridades governamentais	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Oferecer formação para governos regionais e municipais sobre orçamentação participativa.</li> <li>· Exigir e viabilizar a participação de grupos excluídos (p.ex., mulheres, grupos pastorais) em reuniões de consulta sobre o orçamento.</li> </ul>	<p><b>Quênia</b> Orçamentação participativa no West Pokot.</p> <p><b>Sudão do Sul</b> Projecto de Governança Local e Prestação de Serviços (LOGOSEED, na sigla em inglês).</p>
	Atenção voltada a grupos historicamente excluídos	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Assegurar direitos iguais a serviços de qualidade.</li> <li>· Proibir a discriminação nos serviços.</li> <li>· Estabelecer mecanismos de monitorização e fiscalização.</li> <li>· Tornar os serviços gratuitos e compulsórios.</li> </ul>	<p><b>Nigéria</b> A Comissão Federal de Carácter (FCC, na sigla em inglês) supervisiona a acção afirmativa, incluindo nos serviços sociais.</p> <p><b>Gana</b> Política de Educação Inclusiva.</p> <p><b>Uganda</b> Lei de Pessoas com Deficiências de 2006.</p> <p><b>Tanzânia</b> A educação primária torna-se gratuita e compulsória.</p> <p><b>Quênia</b> Transferência de Renda para Órfãos e Crianças Vulneráveis.</p>
<b>Educação</b>	Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Assegurar a acessibilidade da infraestrutura educacional para as pessoas com deficiências.</li> <li>· Adaptar os sistemas educacionais para assegurar a inclusão de todos os alunos, sobretudo os que têm necessidades educacionais especiais, incluindo-se o acesso físico às escolas.</li> <li>· Promover a Concepção Universal do Aprendizado (UDL, na sigla em inglês) e ambientes que facilitem o aprendizado para melhorar a qualidade da educação para todos os alunos.</li> </ul>	<p><b>Gana</b> Política de Educação Inclusiva.</p>
	Formação de professores e desenvolvimento de currículos	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Formar professores para atender a necessidades educacionais diversas.</li> <li>· Oferecer a formação de professores nos idiomas locais.</li> <li>· Considerar a educação bilingue.</li> <li>· Assegurar a concepção de currículos de forma sensível a grupos excluídos.</li> </ul>	<p><b>Etiópia</b> Política de linguagem de instrução (LOI, na sigla em inglês).</p> <p><b>Gana</b> Política de Educação Inclusiva.</p> <p><b>Guiné-Bissau e Níger</b> Pilotos de programas bilingues transicionais.</p>
<b>ESPAÇOS</b>			
<b>Físico</b>	Segurança em locais públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Criar fóruns, tais como clubes de mulheres e raparigas, que ofereçam espaços seguros para sobreviventes de violência baseada no género e dar acesso a serviços de saúde sexual, assistência jurídica e formação de empoderamento.</li> </ul>	<p><b>Uganda</b> Clubes de raparigas RAC Nkingo em Kemwenge e Kabarole.<sup>b</sup></p>

Quadro 4.1 (continuação)

Domínio de inclusão	Canal de intervenção	Ações ilustrativas direcionadas às pessoas com maior probabilidade de serem deixadas para trás	Exemplos ilustrativos de políticas, programas e projetos
<b>Político e social</b>	Disposições constitucionais e legais	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Reconhecer explicitamente a igualdade de estatuto e direitos de diferentes grupos na constituição do governo.</li> <li>· Criar disposições legais para institucionalizar a igualdade e a inclusão de grupos anteriormente excluídos.</li> <li>· Estabelecer uma quota para grupos excluídos, p.ex., na representação política.</li> </ul>	<p><b>África do Sul</b> Igualdade dos LGBTI na constituição.</p> <p><b>Moçambique e Seychelles</b> Descriminalização das relações do mesmo sexo (2015 e 2016, respectivamente).</p> <p><b>Botsuana</b> Decisão da Suprema Corte em 2017 determinando que o governo reconheça legalmente a auto-identificação sexual dos transgéneros.</p> <p><b>Namíbia</b> Decisão dos tribunais para permitir o reconhecimento oficial da mudança de sexo.</p> <p>Proibições à discriminação contra LGBTI (<b>África do Sul, Angola, Botsuana, Cabo Verde, Maurício, Moçambique, Seychelles</b>).</p> <p><b>Quênia</b> Lei de violência doméstica.</p> <p><b>Uganda</b> Constituição de 1995 (Art. 78) determinando que o parlamento inclua uma representante mulher em cada distrito, assim como representantes do exército, juventude, trabalhadores, pessoas com deficiências e “outros grupos que o Parlamento venha a definir”.</p>
	Mudar as normas sociais e lidar com a discriminação	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Formar alianças entre o governo, a sociedade civil, o judiciário e as comunidades.</li> <li>· Promover campanhas de informação, p.ex., por meio de programas nacionais de rádio, televisão, jornais e redes sociais.</li> <li>· Implantar sistemas para assegurar a participação de múltiplos intervenientes.</li> <li>· Promover a adesão das comunidades por meio de contactos e conversas constantes.</li> <li>· Assegurar que todos compreendam as leis; traduzir leis, regras e procedimentos para os idiomas locais.</li> <li>· Oferecer formação a quadros do Estado para promover a mudança normativa (p.ex., advogados, juizes, polícias e agentes de segurança).</li> <li>· Oferecer espaço para que os movimentos de defesa de grupos excluídos participem da reforma de políticas.</li> </ul>	<p><b>Congo, Rep. Dem.</b> Reforço das oportunidades de reintegração socioeconómica para agregados familiares vulneráveis de ex-combatentes desmobilizados por meio do PNDDR.</p> <p><b>Burquina Faso</b> Criminalização da MGF e medidas de fiscalização e mudança normativa.</p> <p>Campanhas de informação sobre o VIH em toda a região.</p>

Quadro 4.1 (continuação)

Domínio de inclusão	Canal de intervenção	Acções ilustrativas direccionadas às pessoas com maior probabilidade de serem deixadas para trás	Exemplos ilustrativos de políticas, programas e projetos
	Oportunidades de coesão entre grupos	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Enviar jovens cidadãos para viver em diferentes regiões do país.</li> <li>· Considerar comissões de verdade e reconciliação (CVR) para resolver conflitos.</li> </ul>	<p><b>Nigéria</b> <b>Corpos</b> Nacionais de Serviço para os Jovens (NYSC, na sigla em inglês).</p> <p>CVR na <b>África do Sul, Gâmbia, Maurício e Ruanda.</b></p>
	Empoderamento e dignidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Transferências de renda e outros programas de protecção social que promovem a auto-confiança e incutem um senso de dignidade.</li> <li>· Utilizar as redes sociais e a tecnologia para amplificar as vozes dos grupos excluídos.</li> <li>· Promover os direitos e serviços reprodutivos.</li> <li>· Criar condições para que as sobreviventes de violência baseada no género façam delações anónimas.</li> </ul>	<p><b>Moçambique, Quênia, Zâmbia</b> Programas de transferência de renda.</p> <p><b>Sudão do Sul e Tanzânia</b> Iniciativa “Ouvir África”.</p> <p>Empoderamento da Mulher e Dividendo Demográfico no <b>Sahel</b> (SWEDD, na sigla em inglês).</p> <p><b>Uganda</b> Programa de Empoderamento e Subsistência de Adolescentes (ELA, na sigla em inglês) da BRAC.</p> <p>Reabilitação baseada na comunidade (RBC) para pessoas com deficiências.</p>
	Melhores dados e análises	<ul style="list-style-type: none"> <li>· Recolher melhores dados desagregados sobre grupos e processos sociais</li> <li>· Promover plataformas de divulgação de dados ao público</li> <li>· Promover inovações na recolha de dados, tais como a recolha de dados de alta frequência por meio de telemóveis</li> <li>· Investir em dados geoespaciais e outras formas de big data</li> <li>· Incentivar e financiar melhores análises</li> </ul>	<p>Laboratório de Inovação em Género do Banco Mundial</p> <p>Iniciativa Ouvir África</p>

Observação: BRAC = Building Resources Across Communities; MGF = mutilação genital feminina; ID4D = Identificação para o Desenvolvimento; LGBTI = lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros e intersexos; PNDDR = Programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração; PNUD = Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; UNMIL = Missão das Nações Unidas na Libéria; BM = Banco Mundial.

a. Burger e Jafta 2010.

b. Por meio do Projecto de Apoio a Oportunidades para Crianças com Protecção e Empoderamento, implementado pelo Ministério do Género, Trabalho e Desenvolvimento Social.





## Notas

- <sup>1</sup> Ver <https://www.worldbank.org/en/region/afr/overview#2>.
- <sup>2</sup> Ver <https://africaindata.org/#/2>.
- <sup>3</sup> Baseado na paridade de poder de compra (PPC) de US\$ 1,90 por dia em 2011. Fonte: PovcalNet, <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet>.
- <sup>4</sup> De “2018 Revision of World Urbanization Prospects” da Divisão de População da UNDESA <https://www.un.org/development/desa/publications/2018-revision-of-world-urbanization-prospects.html>.
- <sup>5</sup> Pew Research Center, 2018, “Internet Connectivity Seen as Having Positive Impact on Life in Sub-Saharan Africa, But Digital Divides Persist,” <http://www.pewglobal.org/2018/10/09/internet-connectivity-seen-as-having-positive-impact-on-life-in-sub-saharan-africa>.
- <sup>6</sup> A.-M. Essoungou, 2013, “The Rise of Civil Society Groups in Africa,” *Africa Renewal*, Dezembro, <https://www.un.org/africarenewal/magazine/december-2013/rise-civil-society-groups-africa> (acedido em 24 de Agosto de 2019).
- <sup>7</sup> W. Maathai, Prelecção Nobel, Oslo, 10 de Dezembro de 2004, <https://www.nobelprize.org/prizes/peace/2004/maathai/26050-wangari-maathai-nobel-lecture-2004>.
- <sup>8</sup> Ver R. Wike et al., 2016, “In Key African Nations, Widespread Discontent with Economy, Corruption: But Most Are Optimistic about Future in South Africa, Nigeria, Kenya,” Pew Research Center, <https://www.pewresearch.org/global/2016/11/14/in-key-african-nations-widespread-discontent-with-economy-corruption>.
- <sup>9</sup> Para examinar uma discussão sobre exclusão activa e passiva, ver A. Sen, 2000, *Social Exclusion: Concept, Application and Scrutiny*, Social Development Papers No. 1. Manila, Banco Asiático de Desenvolvimento. <https://www.adb.org/sites/default/files/publication/29778/social-exclusion.pdf> (acedido em 9 de Setembro de 2019).

## Referências

- Bashir, S., M. Lockheed, E. Ninan, and J.-P. Tan. 2018. *Facing Forward: Schooling for Learning in Africa*. Washington, DC: World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/29377/9781464812606.pdf?sequence=14&isAllowed=y> (accessed September 10, 2019).
- Beegle, K., and L. Christiaensen (eds.). 2019. *Accelerating Poverty Reduction in Africa*. Washington DC: World Bank.
- Beegle, K., L. Christiaensen, A. Dabalén, and I. Gaddis. 2016. *Poverty in a Rising Africa*. Washington, DC: World Bank.
- Beegle, K., A. Coudouel, and E. Monsalve (eds.). 2018. *Realizing the Full Potential of Social Safety Nets in Africa*. Washington, DC: World Bank and Agence Française de Développement. <http://documents.worldbank.org/curated/en/657581531930611436/pdf/128594-PUB-PUBLIC.pdf> (accessed September 2, 2019).
- Buckup, S. 2009. “The Price of Exclusion: The Economic Consequences of Excluding People with Disabilities from the World of Work.” Employment Working Paper No. 43. International Labour Organization, Geneva. [https://www.ilo.org/employment/Whatwedo/Publications/working-papers/WCMS\\_119305/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/employment/Whatwedo/Publications/working-papers/WCMS_119305/lang--en/index.htm) (accessed August 26, 2019).
- Burgard, S. 2004. “Race and Pregnancy-Related Care in Brazil and South Africa.” *Social Science and Medicine* 59 (6): 1127–46.
- Burger, R., and R. Jafta. 2010. *Affirmative Action in South Africa: An Empirical Assessment of the Impact on Labour Market Outcomes*. CRISE Working Paper No. 76. Oxford: Centre for Research on Inequality, Human Security and Ethnicity. <https://pdfs.semanticscholar.org/2e65/43d1998b29d99d3bf3b4532a79a33c4c28bd.pdf> (accessed September 3, 2019).
- Calderon, C., G. Kambou, V. Korman, M. Kubota, and C. Cantu Canales. 2019. “An Analysis of Issues Shaping Africa’s Economic Future.” *Africa’s Pulse*, No. 19. Washington, DC: World Bank.
- Cavalcanti, T. V., and J. Tavares. 2015. “The Output Cost of Gender Discrimination: A Model-Based Macroeconomic Estimate.” *Economic Journal* 126 (590): 109–34.
- Choi, J., M. Dutz, and Z. Usman. 2019. *The Future of Work in Africa: Harnessing the Potential of Digital Technologies for All*. Washington DC: World Bank.
- Das, M. 2016. “Social Inclusion in Macro-Level Diagnostics: Reflecting on the World Bank Group’s Early Systematic Country Diagnostics.” Policy Research Working Paper 7713. World Bank, Washington, DC. <http://documents.worldbank.org/curated/en/361801467991929675/pdf/Social-Inclusion-in-macro-level-diagnostics-reflecting-on-the-World-Bank-Groups-early-systematic-country-diagnostics.pdf> (accessed August 28, 2019).
- Demirgüç-Kunt, A., L. Klapper, D. Singer, S. Ansar, and J. Hess. 2018. *The Global Findex Database 2017*. World Bank, Washington, DC.
- Eide, A. H., and T. Mmatli. 2016. *Living Conditions among People with Disability in Botswana*. Trondheim, Norway: SINTEF Technology and Society. <https://www.sintef.no/globalassets/sintef-teknologi-og-samfunn/rapporter-sintef-ts/sintef-a27196-botswanawebversion.pdf> (accessed September 1, 2019).
- Etang-Ndip, A., J. G. M. Hooegeven, and J. Lendorfer. 2015. “Socioeconomic Impact of the Crisis in North Mali on Displaced People.” Policy Research Working Paper 7253, Poverty Global Practice Group. World Bank, Washington, DC. <http://documents.worldbank.org/curated/en/892311468184426978/pdf/WPS7253.pdf> (accessed August 26, 2019).
- Filmer, D. 2008. “Disability, Poverty, and Schooling in Developing Countries: Results from 14 Household Surveys.” *World Bank Economic Review* 22 (1): 141–63. [http://siteresources.worldbank.org/DISABILITY/Resources/280658-1239044853210/5995073-1246917324202/Disability\\_Poverty\\_and\\_Schooling\\_in\\_Developing\\_Countries.pdf](http://siteresources.worldbank.org/DISABILITY/Resources/280658-1239044853210/5995073-1246917324202/Disability_Poverty_and_Schooling_in_Developing_Countries.pdf) (accessed September 1, 2019).

- Graham, C., and M. Hoover. 2006. "Optimism and Poverty in Africa: Adaptation or a Means to Survival?" Preliminary version. Brookings Institution, Washington, DC. <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/20061005.pdf> (accessed August 26, 2019).
- Hoogeveen, J. G. 2005. "Measuring Welfare for Small but Vulnerable Groups: Poverty and Disability in Uganda." *Journal of African Economies* 14 (4): 603–31.
- Hossain, N., and M. Moore. 1999. "Elite Perceptions of Poverty: Bangladesh." *IDS Bulletin* 30 (2).
- Hunt, V., D. Layton, and S. Prince. 2015. *Diversity Matters*. McKinsey & Company. <https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/business%20functions/organization/our%20insights/why%20diversity%20matters/diversity%20matters.ashx> (accessed September 10, 2019).
- Hunt, V., S. Prince, S. Dixon-Fyle, and L. Yee. 2018. *Delivering through Diversity*. McKinsey & Company. [https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Business%20Functions/Organization/Our%20Insights/Delivering%20through%20diversity/Delivering-through-diversity\\_full-report.ashx](https://www.mckinsey.com/~media/McKinsey/Business%20Functions/Organization/Our%20Insights/Delivering%20through%20diversity/Delivering-through-diversity_full-report.ashx) (accessed September 11, 2019).
- KNBS (Kenya National Bureau of Statistics) Ministry of Devolution and National Planning. 2015. *Kenya Integrated Household and Budget Survey 2015–2016*. Nairobi: KNBS. <http://statistics.knbs.or.ke/nada/index.php/catalog/88> (accessed August 24, 2019).
- Lall, S. V., J. V. Henderson, and A. Venables. 2017. *Africa's Cities: Opening Doors to the World*. Washington, DC: World Bank.
- Lamichhane, K., and Y. Sawada. 2013. "Disability and Returns to Education in a Developing Country." *Economics of Education Review* 37: 85–94.
- Langer, A., F. Stewart, and M. Schroyens. 2016. "Horizontal Inequalities and Affirmative Action: An Analysis of Attitudes towards Redistribution across Groups in Africa." WIDER Working Paper 2016/119. United Nations University World Institute for Development Economics Research (UNU-WIDER), Helsinki.
- Lekalake, R., and E. Gyimah-Boadi. 2016. "Does Less Engaged Mean Less Empowered? Political Participation Lags among African Youth, Especially Women." Policy Paper No. 34. Afrobarometer.org.
- Lereya, S. T., W. E. Copeland, E. J. Costello, and D. Wolke. 2015. "Adult Mental Health Consequences of Peer Bullying and Maltreatment in Childhood: Two Cohorts in Two Countries." *Lancet Psychiatry* 2 (6): 524–31. [https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366\(15\)00165-0/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(15)00165-0/fulltext) (accessed August 28, 2019).
- Loeb, M., and A. H. Eide. 2004. *Living Conditions among People with Activity Limitations in Malawi: A National Representative Study*. Report STF 78 A044511. Oslo: Sintef.
- Loeb, M., A. H. Eide, J. Jelsma, M. K. Toni, and S. Maart. 2008. "Poverty and Disability in Eastern and Western Cape Provinces, South Africa." *Disability and Society* 23 (4): 311–21.
- Milazzo, A., and D. van de Walle. 2017. "Women Left Behind? Poverty and Headship in Africa." *Demography* 54 (3): 1119–45.
- Mitra, S. 2018. *Disability, Health and Human Development*. New York: Palgrave.
- Mitra, S., A. Posarac, and B. Vick. 2013. "Disability and Poverty in Developing Countries: A Multidimensional Study." *World Development* 41: 1–18.
- Mizunoya, S., S. Mitra, and I. Yamasaki. 2016. "Towards Inclusive Education: The Impact of Disability on School Attendance in Developing Countries." Innocenti Working Paper 2016-03, UNICEF Office of Research, Florence. <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/IWP3%20-%20Towards%20Inclusive%20Education.pdf> (accessed September 1, 2019).
- Morgon Banks, L., and S. Polack. 2015. *The Economic Costs of Exclusion and Gains of Inclusion of People with Disabilities: Evidence from Low and Middle Income Countries*. International Centre for Evidence in Disability and London School of Hygiene and Tropical

- Medicine. [https://www.iapb.org/wp-content/uploads/CBM\\_Costs-of-Exclusion-and-Gains-of-Inclusion-Report\\_2015.pdf](https://www.iapb.org/wp-content/uploads/CBM_Costs-of-Exclusion-and-Gains-of-Inclusion-Report_2015.pdf) (accessed August 28, 2019).
- Mulcahy, K., and U. Kollamparambil. 2016. “The Impact of Rural-Urban Migration on Subjective Well-Being in South Africa.” *Journal of Development Studies* 52 (9): 1357–71.
- Munoz Boudet, A. M., P. Buitrago, B. L. de la Brière, D. Newhouse, E. Rubiano Matulevich, K. Scott, and P. Suarez-Becerra. 2018. “Gender Differences in Poverty and Household Composition through the Life-Cycle: A Global Perspective.” Policy Research Working Paper 8360. World Bank, Washington, DC.
- Muriaas, R. L., and V. Wang. 2012. “Executive Dominance and the Politics of Quota Representation in Uganda.” *Journal of Modern African Studies* 50 (2): 309–38.
- Ostry, J., J. Alvarez, R. A. Espinoza, and C. Papageorgiou. 2018. “Economic Gains from Gender Inclusion: New Mechanisms, New Evidence.” IMF Staff Discussion Note 18/06. International Monetary Fund, Washington, DC. <https://www.imf.org/en/Publications/Staff-Discussion-Notes/Issues/2018/10/09/Economic-Gains-From-Gender-Inclusion-New-Mechanisms-New-Evidence-45543> (accessed August 28, 2019).
- Pew Research Center, 2018, “Internet Connectivity Seen as Having Positive Impact on Life in Sub-Saharan Africa, but Digital Divides Persist.” <http://www.pewglobal.org/2018/10/09/internet-connectivity-seen-as-having-positive-impact-on-life-in-sub-saharan-africa>.
- Rhea, R. W. 2014. *A Comparative Study of Ex-Combatant Reintegration in the African Great Lakes Region: Trajectories, Processes, and Paradoxes*. Washington, DC: World Bank. <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/20748> (accessed August 26, 2019).
- Rigaud, K. K., A. de Sherbinin, B. R. Jones, J. S. Bergmann, V. W. C. Clement, K. J. Ober, Kayly, J. Schewe, S. Adamo, B. McCusker, S. Heuser, and A. Midgley. 2018. *Groundswell: Preparing for Internal Climate Migration*. Washington, DC: World Bank Group.
- Say, L., and R. Raine. 2007. “A Systematic Review of Inequalities in the Use of Maternal Health Care in Developing Countries: Examining the Scale of the Problem and the Importance of Context.” *Bulletin of the World Health Organization* 85 (10): 812–19.
- Scheil-Adlung, Xenia, ed. 2015. *Global Evidence on Inequities in Rural Health Protection: New Data on Rural Deficits in Health Coverage for 174 Countries*. Geneva: International Labour Organization (ILO).
- Silal, S., L. Penn-Kekana, H. Bronwyn, S. Birch, and D. McIntyre. 2012. “Exploring Inequalities in Access to and Use of Maternal Health Services in South Africa.” *BMC Health Services Research* 12 (1): 120.
- Suzuki, E., and H. Kashiwase. 2017. “New Child Mortality Estimates Show that 15,000 Children Died Every Day in 2016.” *World Bank Data Blog*, October 19. <https://blogs.worldbank.org/opendata/new-child-mortality-estimates-show-15000-children-died-every-day-2016>.
- Tacoli, C., G. McGranahan, and D. Satterthwaite. 2015. “Urbanisation, Rural–Urban Migration and Urban Poverty.” International Institute for Environment and Development (IIED) Working Paper. IIED, London. <https://pubs.iied.org/pdfs/10725IIED.pdf> (accessed September 1, 2019).
- Taş, E. O., M. E. Reimão, and M. B. Orlando. 2014. “Gender, Ethnicity, and Cumulative Disadvantage in Education Outcomes.” *World Development* 64: 538–53.
- UN DESA Population Division. 2018. *World Urbanization Prospects 2018*. New York: United Nations.
- UN DESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs) Population Division. 2017a. *World Ageing Report 2017*. New York: United Nations.

- . 2018. *World Urbanization Prospects 2018*. New York: United Nations.
- . 2019. *World Population Prospects 2019: Highlights*. New York: United Nations. [https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019\\_Highlights.pdf](https://population.un.org/wpp/Publications/Files/WPP2019_Highlights.pdf) (accessed September 10, 2019).
- UN DESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs) Statistics Division. 2015. “Proportion of Urban Population Living in Slums.” Millennium Development Goals Indicators. <https://unstats.un.org/unsd/mdg/SeriesDetail.aspx?srid=710> (accessed August 22, 2019).
- UN-Habitat (United Nations Human Settlements Programme). 2014. *State of African Cities 2014: Re-Imagining Sustainable Urban Transitions*. Nairobi: UN-Habitat.
- World Bank. 2013. *Inclusion Matters: The Foundation for Shared Prosperity*. Washington, DC: World Bank.
- . 2014. *Youth Employment in Sub-Saharan Africa*. Washington, DC: World Bank.
- . 2015. *Madagascar: Systematic Country Diagnostic*. Washington, DC: World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/743291468188936832/Madagascar-Systematic-country-diagnostic> (accessed September 1, 2019).
- . 2016. *Guinea-Bissau: Turning Challenges into Opportunities for Poverty Reduction and Inclusive Growth; Systematic Country Diagnostic*. Washington, DC: World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/100721467968248103/pdf/106725-CSD-P155168-IDA-SecM2016-0127-IFC-SecM2016-0078-MIGA-SecM2016-0076-Box396273B-PUBLIC-disclosed-7-5-16.pdf> (accessed August 22, 2019).
- . 2017b. *Republic of Benin Systematic Country Diagnostic: Priorities for Ending Poverty and Boosting Shared Prosperity*. Washington, DC: World Bank.
- . 2017d. The World Bank Environmental and Social Framework. Washington, DC: World Bank. <http://pubdocs.worldbank.org/en/837721522762050108/Environmental-and-Social-Framework.pdf> (accessed August 22, 2019).
- . 2018d. *Republic of Guinea: Overcoming Growth Stagnation to Reduce Poverty; Systematic Country Diagnostic*. Washington, DC: World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/830641522072107327/pdf/Guinea-SCD-final-03222018.pdf> (accessed August 22, 2019).
- . 2018e. *Republic of Liberia Systematic Country Diagnostic: From Growth to Development; Priorities for Sustainably Reducing Poverty and Achieving Middle-Income Status by 2030*. Washington, DC: World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/585371528125859387/pdf/LBR-SCD-draft-10-06012018.pdf> (accessed on August 22, 2019).
- . 2018f. *Republic of South Africa Systematic Country Diagnostic: An Incomplete Transition; Overcoming the Legacy of Exclusion in South Africa*. Washington, DC: World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/815401525706928690/pdf/WBG-South-Africa-Systematic-Country-Diagnostic-FINAL-for-board-SECPO-Edit-05032018.pdf> (accessed August 22, 2019).
- . 2018g. *Women, Business and the Law 2018*. Washington, DC: World Bank. <http://pubdocs.worldbank.org/en/999211524236982958/WBL-Key-Findings-Web-FINAL-2.pdf> (accessed August 26, 2019).



